



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COORDENAÇÃO GERAL DE PROJETOS ACADÊMICOS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

REGIS MARLON SANTOS DA SILVA

ANÁLISE INTEGRATIVA DA LITERATURA ESPECIALIZADA SOBRE OS ACORDOS
DE COOPERAÇÃO NA AMAZÔNIA¹
INTEGRATIVE ANALYSIS OF THE SPECIALIZED LITERATURE ON
COOPERATION AGREEMENTS IN THE AMAZON

JOÃO PESSOA - PB,

2024

¹ Esta pesquisa é parte do projeto “INOVAÇAI - CO-CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS, INOVAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUSTENTABILIDADE DA PRODUÇÃO COMUNITÁRIA NA BIOECONOMIA AMAZÔNICA” financiado pela FAPESQ por meio do edital nº 38/2022 Chamada Pública Amazônia +10, sob o número de outorga 3008/2022. Este trabalho é resultado de iniciação científica e por isso está no formato de artigo.

REGIS MARLON SANTOS DA SILVA

**ANÁLISE INTEGRATIVA DA LITERATURA ESPECIALIZADA SOBRE OS ACORDOS
DE COOPERAÇÃO NA AMAZÔNIA
INTEGRATIVE ANALYSIS OF THE SPECIALIZED LITERATURE ON
COOPERATION AGREEMENTS IN THE AMAZON**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Eliane Superti

**JOÃO PESSOA - PB,
2024**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Regis Marlon Santos da.

Análise integrativa da literatura especializada dos acordos de cooperação na Amazônia / Regis Marlon Santos da Silva. - João Pessoa, 2024.

31 f. : il.

Orientação: Eliane Superti.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Cooperação internacional. 2. Sociobiodiversidade.
3. Amazônia. I. Superti, Eliane. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

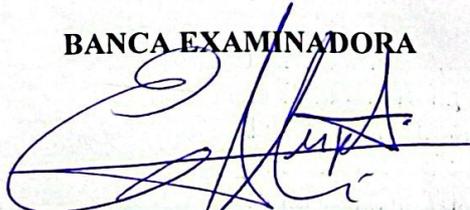
REGIS MARLON SANTOS DA SILVA

**ANÁLISE INTEGRATIVA DA LITERATURA ESPECIALIZADA SOBRE OS
ACORDOS DE COOPERAÇÃO NA AMAZÔNIA**

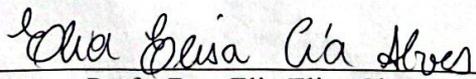
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 09 de Outubro de 2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Eliane Superti – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dra. Elia Elisa Cia Alves
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Escrever um Trabalho de Conclusão de Curso parece tão simples a priori, embora tão complexo no durante. São tantas emoções envolvidas. Expectativas. Alívio. Um TCC nunca é só um TCC, ele é a convergência de demasiados e variados esforços para um único fim: graduar-se.

Contudo, o graduar-se por si só não é o que mais traz peso de glória a este momento. O que realmente faz com que este seja um evento canônico é a transformação. São os aprendizados. As noites mal dormidas. O multi-tasking. Os amigos feitos no caminho. O crescimento e o desenvolvimento pessoal. O amadurecimento. O senso crítico. As decepções e frustrações. A formação de um profissional que agora vai para novas etapas da vida em tudo o que o envolve como ser tangível e intangível.

A minha maior sensação neste momento é de gratidão. Gratidão a todas as pessoas, momentos, circunstâncias e decisões que me fizeram chegar até aqui. A verdade é que este trabalho simboliza o encerramento de uma longa e árdua fase que marca a iniciação da vida adulta e de novos desafios a seguir.

Sei que todas as coisas cooperam para o meu bem, e quero trazer à memória aquilo que me dá esperança: bondade e misericórdia certamente me seguirão todos os dias da minha vida!

Meu primeiro e maior agradecimento é ao Senhor, por me sustentar e guardar durante todos esses 5 anos e meio em uma cidade do outro lado do Brasil. Deus derramou seu eterno favor e graça sobre minha vida a cada passo do caminho. É ele quem efetua tanto o querer como o realizar.

Agradeço aos meus pais, Reginaldo Mariano da Silva e Lediney Souza Santos, por sempre terem me incentivado e encorajado a ir mais longe e mais alto, mesmo em meio aos cenários mais desafiadores e improváveis. Amo vocês! Assim como aos meus irmãos Matheus Reginaldo Santos da Silva e Rayner Mariano Santos da Silva, por acreditarem tanto em mim e sempre me incentivarem.

À professora e pesquisadora Dr^a Eliane Superti, você foi a melhor professora que eu tive durante a graduação. Foi um prazer enorme ser seu monitor e, posteriormente, seu pesquisador. Obrigado por toda orientação e paciência. Te admiro profundamente.

Meus mais sinceros agradecimentos aos meus amigos mais próximos e chegados que me mantiveram com mente sã e corpo sadio durante essa jornada. Cito aqui Bela Belmont, Rachel

Lucena, Gabriel Souza, Alysso Filho, Fernando Luiz, Erivaldo Gabriel e todos os amigos feitos ao longo do caminho! Karinna Lima e Alex Neris, vocês foram peça-chave em minha caminhada. Vó Lorna e Vô Rogério, vocês são aconchego e descanso. Dani e Álvaro, obrigado pela parceria.

Sou profundamente grato aos que de alguma forma ou de outra fizeram essa jornada mais leve, interessante, divertida, prazerosa, proveitosa e gratificante. *Soli Deo Gloria*.

Oh! Provai e vede que o SENHOR é bom; bem-aventurado o homem que nele se refugia.

Salmos 34:8

RESUMO

O presente trabalho discute, a partir da literatura científica, os acordos de cooperação internacional na Amazônia, com ênfase na sociobiodiversidade. A metodologia utilizada foi a revisão integrativa para examinar como a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) tem sido discutida pelos autores e quais suas características principais. A Amazônia, reconhecida por sua biodiversidade e importância para o clima global, enfrenta desafios significativos que exigem práticas sustentáveis, as quais são frequentemente buscadas por meio da cooperação internacional. No entanto, o estudo revela que essa cooperação tende a ser assimétrica, beneficiando predominantemente os países do Norte Global. Conclui-se que, para ser eficaz e equitativa, a cooperação internacional deve respeitar e integrar as necessidades e prioridades das comunidades locais, promovendo sua autonomia e assegurando uma distribuição justa dos benefícios.

Palavras-chave: Cooperação Internacional; Sociobiodiversidade; Amazônia.

ABSTRACT

This paper discusses international cooperation agreements in the Amazon from the perspective of scientific literature, with an emphasis on sociobiodiversity. The research employs the integrative review methodology to examine how International Development Cooperation (IDC) has been discussed by authors and its main characteristics. The Amazon, recognized for its biodiversity and importance to the global climate, faces significant challenges that require sustainable practices, which are often sought through international cooperation. However, the study reveals that this cooperation tends to be asymmetrical, predominantly benefiting the countries of the Global North. The conclusion is that, to be effective and equitable, international cooperation must respect and integrate the needs and priorities of local communities, promoting their autonomy and ensuring a fair distribution of benefits.

Key-words: International Cooperation; Sociobiodiversity; Amazon.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	4
2.	METODOLOGIA.....	6
3.	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	13
3.1.	PERÍODO E ESCOPO GEOGRÁFICO.....	16
3.2.	OBJETOS E ATORES ENVOLVIDOS.....	17
3.3.	PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLOGIAS.....	19
3.4.	TIPOS, DIREÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS COOPERAÇÕES.....	20
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
6.	ANEXOS.....	31

1. INTRODUÇÃO

Os interesses e esforços pela cooperação são variados e motivados por questões internas e derivadas do sistema internacional. Atores constantemente formam alianças, acordos, pactos, parcerias, entre outros, com o objetivo de maximizar os ganhos coletivos, com uma visão de que as relações que se dão no plano internacional não necessariamente precisam ser um jogo de soma zero, isto é, um jogo em que o ganho de um jogador representa necessariamente a perda para o outro jogador (Axelrod, 1984; Schelling, 1960).

Nesse sentido, existem muitos fatores importantes a serem considerados ao se falar sobre cooperação, como o porquê de ela ocorrer, como ocorre, onde e quando, entre outros aspectos. Compreender o número de atores internacionais, as cooperações já existentes e as potenciais alianças revela a necessidade de um recorte que permita uma análise eficaz de uma área específica da cooperação internacional. Para isso, é fundamental caracterizar a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), que se refere a esforços coordenados entre países e organizações para promover o desenvolvimento sustentável e reduzir as desigualdades globais (UNCTAD, 2014).

A CID envolve um amplo espectro de atividades, incluindo assistência técnica, apoio financeiro e projetos de desenvolvimento em diversos setores. Além disso, incorporou questões ambientais como uma prioridade crescente, considerando a interdependência entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental (OECD, 2016). Contudo, é importante ressaltar que dentro do campo das relações internacionais, as relações de CID são também marcadas pela assimetria do sistema internacional e usadas para promover os interesses dos países do Norte global, muitas vezes à custa das necessidades e prioridades locais, perpetuando desigualdades e subordinação.

No contexto da sustentabilidade ambiental, a CID visa, segundo o Banco Mundial, integrar práticas sustentáveis em projetos de desenvolvimento, promover a gestão sustentável dos recursos naturais e enfrentar desafios globais como as mudanças climáticas (WORLD BANK, 2012). A análise da CID, portanto, deve considerar como as questões ambientais são incorporadas nas estratégias e práticas de desenvolvimento e como essas abordagens impactam a eficácia e a sustentabilidade das cooperações internacionais. No entanto, um grande desafio para se alcançar esse objetivo é garantir que as relações da CID sejam horizontalizadas e que os interesses locais sejam respeitados.

No que tange às discussões sobre sustentabilidade, a Amazônia se apresenta como uma região de grande importância. Ela abrange diferentes países da América do Sul, com grande biodiversidade, efeitos significativos na regulação climática e manutenção de ecossistemas globais, vastos recursos naturais e ainda atua como uma barreira contra a desertificação. A Amazônia se configura, portanto, como uma área de interesse não só regional, para os países em que ela está presente, mas também para diversos outros que são beneficiados por suas cadeias produtivas e pelo equilíbrio ecológico que ela proporciona (Falkenmark; Rockstrom, 2006; Williams, 2021).

A Amazônia tem sido foco de debates no cenário internacional há mais de 30 anos, como exemplificado pela Eco-92 (também conhecida como Rio 92). Esta conferência tinha como objetivo buscar meios para conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra, considerando os grandes efeitos climáticos e ambientais causados pela ação antrópica e pela indústria (Bulgarelli, 2017).

É indubitável que a sociobiodiversidade amazônica é importante para qualquer estratégia de sustentabilidade global. Isso ocorre porque ela integra a rica diversidade biológica da região com os conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis das comunidades locais, como os povos indígenas e ribeirinhos. Essa interação promove a conservação dos ecossistemas, garante a subsistência e a segurança alimentar dessas populações e contribui para a estabilidade climática global (Leff, 2001; Silva; Sousa, 2015). Além disso, a sociobiodiversidade preserva as culturas e os saberes tradicionais, essenciais para o uso sustentável dos recursos naturais e para o desenvolvimento sustentável da Amazônia (Brown; Tompkins, 2017).

Contudo, ainda é desafiador encontrar nos acervos acadêmicos análises que contemplem de forma holística e profunda a cooperação internacional na Amazônia. Seus efeitos nas dinâmicas das relações internacionais e os caminhos que podem ser trilhados para superar os desafios enfrentados pelos distintos atores globais.

Por conseguinte, a pergunta principal deste estudo é: "Sob quais abordagens teóricas e metodológicas os autores têm tratado a cooperação internacional na Amazônia?" A pergunta secundária que orienta a análise é: "As cooperações internacionais estudadas dizem respeito à sociobiodiversidade e às cadeias produtivas na Amazônia?". O termo sociobiodiversidade é uma variável independente na pesquisa, não vinculante, isto é, não se configura como critério de exclusão. Contudo, se apresenta como um termo-chave orientador para a subpergunta de

pesquisa. Os tópicos subsequentes deste trabalho evidenciam essa temática e respondem às perguntas supracitadas.

Por fim, o presente estudo objetiva analisar e comparar textos selecionados que tratam da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) na Amazônia e indiquem como a cooperação vem sendo discutida e estudada pelos autores da literatura especializada. Assim sendo, os objetivos específicos se baseiam em mapear na literatura selecionada o período, o escopo geográfico, atores envolvidos e o objeto das discussões. Além disso, evidenciar as características, a direção e o tipo de CID analisada pelos autores dos textos selecionados. Por último, compreender as metodologias e as perspectivas teóricas utilizadas nos artigos selecionados e lidos.

Para atender a esses objetivos este trabalho está organizado em duas partes além desta introdução e considerações finais. Na primeira parte detalhamos o percurso metodológico trilhado em seguida a discussão dos resultados encontrados ao realizar a análise integrativa da base de textos selecionados.

2. METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma revisão integrativa, um método de pesquisa qualitativo que busca sumarizar uma área de conteúdo, analisá-la, e assim, extrair conclusões. A análise integrativa pode oferecer várias contribuições significativas, tais como a síntese do conhecimento existente, a identificação de lacunas na literatura, a avaliação de consistências e inconsistências nos estudos revisados, e o estabelecimento de novas perspectivas teóricas e práticas e aplicações organizacionais (Botelho, Cunha, Macedo; 2011).

Dessa forma, tal metodologia possibilita a sistematização do conhecimento científico, bem como a visualização de novas perspectivas para pesquisas. Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011, p.129-132) a revisão integrativa é composta por seis etapas: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados, categorização dos estudos selecionados, análise e interpretação dos resultados e apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Amplamente utilizado nas áreas de saúde e da educação, esse método recentemente vem ganhando espaço nas ciências sociais. Sua utilização permite a síntese de vários estudos já

Investimento na bioeconomia da amazônia	0	0	0	0	0	0	0
Bioeconomia da amazônia	3	2	1	1	0	0	0
Acordos de cooperação internacional na amazônia	1	1	0	0	0	0	0
Cooperação internacional para o desenvolvimento na amazônia	5	4	1	1	0	0	0
Cadeia de valor do açaí	1	1	0	0	0	0	0
Cooperação internacional na amazônia	13	5	8	2	0	3	3

Fonte: elaboração própria

Quadro 2: Termos de Busca Utilizados na Scopus

Termos de Busca	Resultados	Selecionados	Excluídos	Critérios de exclusão			
				C1	C2	C3	C4
Investments on the açaí chain of production	2	2	0	0	0	0	0
Investment in the Amazon bioeconomy	1	0	1	0	0	0	1
Investment in socio-biodiversity in the amazon	0	0	0	0	0	0	0
International cooperation agreements in the Amazon	13	4	9	4	0	0	5
International cooperation agreements in the brazilian Amazon	6	1	5	3	0	0	2

International cooperation agreements in the Amazon	13	4	9	4	0	0	5
--	----	---	---	---	---	---	---

Fonte: elaboração própria

A terceira etapa se debruça nos estudos pré-selecionados e selecionados, ou seja, realizando a leitura dos trabalhos escolhidos de forma a compreender integralmente seu conteúdo e como eles traçam um cenário que responda à pergunta de pesquisa. A partir disso, elaborou-se o Quadro resumo com os estudos pré-selecionados para a revisão integrativa. Ainda nessa fase, os artigos duplicados foram removidos. Além disso, os artigos passaram por uma análise pelo ChatPDF, uma Inteligência Artificial que faz uma leitura completa dos textos e responde perguntas feitas aos PDFs inseridos na plataforma. Foram estabelecidas duas perguntas para qualificar os textos ou excluí-los, a saber: “O texto aborda a Amazônia? Diga a página”; “O texto aborda acordos, investimentos ou cooperação internacional? Diga a página”. Os textos foram selecionados e os comentários do ChatPDF foram anotados no “Quadro Cortes Chat PDF” (Anexo A) deste trabalho. Os artigos que não obtiveram respostas positivas às perguntas feitas ao ChatPDF foram excluídos da seleção, ao todo foram 4. O resultado foi, portanto, uma base de 17 textos finais, a fim de serem lidos integralmente e analisados.

Na quarta etapa, realizou-se a categorização dos estudos selecionados no “Quadro Resumo” deste trabalho (Anexo B). Os resultados foram sintetizados para responder à pergunta de pesquisa principal e à pergunta secundária, destacando as principais perspectivas teóricas identificadas, a natureza e o alcance da cooperação internacional na Amazônia e a extensão em que a cooperação internacional tem alcançado e influenciado a sociobiodiversidade e as cadeias produtivas na região.

A quinta etapa consiste na análise e interpretação dos resultados, momento no qual o Quadro resumo foi extremamente útil na melhor visualização destes. Tal etapa consistiu em reunir todas as informações comparáveis entre os artigos e realizar inferências e considerações sobre quais os produtos da pesquisa relacionada à Cooperação Internacional na Amazônia nas duas últimas décadas. Essa análise será melhor explorada de forma qualitativa nos Resultados e Discussões.

Por fim, a sexta etapa é a apresentação da revisão. Ao passar por todas essas fases, a análise integrativa deve fornecer uma revisão sistemática e abrangente da literatura existente, no

caso, sobre cooperação internacional na Amazônia, com um foco secundário em sua aplicação e impacto na sociobiodiversidade e nas cadeias produtivas, o que também foi apresentado de forma detalhada a partir dos Resultados e Discussões encontrados, assim como nas considerações finais.

A seguir, os textos serão apresentados de acordo com a respectiva numeração no Quadro resumo que compreende o anexo A deste trabalho.

Para uma melhor compreensão dos quadros resumos criados na parte metodológica do trabalho, os quadros resumos estão inseridos nas páginas subsequentes, assim como nos anexos do trabalho. O intuito é promover uma visualização panorâmica de todos os aspectos trabalhados durante a pesquisa e que serão qualitativamente analisados e comparados nas fases a seguir.

O primeiro deles é o Quadro resumo. Nele foram inseridas todas as informações para as discussões, tais quais período, escopo geográfico, objeto, atores, qual a perspectiva teórica usada, a metodologia, principais características da cooperação, tipo de cooperação e direção da cooperação. Os textos estão enumerados de acordo com a sequência em que foram inseridos na tabela, de 1 a 17, seguidos de seus respectivos títulos.

O segundo quadro contém as referências de todos os textos de acordo com a norma ABNT. No momento inicial da seleção, que avaliava somente título, palavras-chave e resumo, a base possuía 21 textos, contudo, a partir do recorte, somente 17 textos permaneceram na base de dados oficial. A base corresponde aos textos oficialmente selecionados.

Referências bibliográficas da base de dados

1	AFONSO, Sandra Regina. Innovation Perspectives for the Bioeconomy of Non-Timber Forest Products in Brazil. <i>Forests</i> , v. 13, n. 12, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3390/f13122046 . Acesso em: 30 ago. 2024.
2	FARIA, Mônica Faria Baptista; FARIA, Asafe N. Moreira. Environmental Sustainability Diplomacy: Transparency of Intentions and Trust for More Effective International Cooperation. Curitiba: Unicritiba, 2022. Acesso em: 30 ago. 2024.
3	PEGLER, Lee. Peasant inclusion in global value chains: economic upgrading but social downgrading in labour processes? <i>The Journal of Peasant Studies</i> , v. 42, n. 5, p. 929-956, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281317051_Peasant_inclusion_in_global_value_chains_economic_upgrading_but_social_downgrading_in_labour_processes . Acesso em: 30 ago. 2024.
4	LUCARELLI, Francesco; DE STEFANO, Paolo; NAPOLITANO, Luigi G.; MURINO, Pasquale; VIGLIOTTI, Rosario. Brazilian Amazonia: Industrial Environmental Monitoring. <i>Environmental Management</i> , [S. l.], p. 597404, 1 jul. 1994. Disponível em: https://ui.adsabs.harvard.edu/abs/1994EnMan..18..597L/abstract . Acesso em: 30 ago. 2024.
5	ALARCÓN, Pedro. What next for supply-side policy in the south: emerging lessons from Ecuador's Yasuní initiative. <i>Int Environ Agreements</i> , [S. l.], p. 75 - 90, 19 fev. 2024. DOI https://doi.org/10.1007/s10784-024-09624-2 . Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10784-024-09624-2 . Acesso em: 30 ago. 2024.
6	DÍAZ-BERMÚDEZ, Ximena Pamela; BUENO, Flavia; OTERO, Luis Francisco Sánchez; AUER, Annela Jean. Determinantes sociales de la salud y convergencias en agendas de salud de organismos regionales de América del Sur. <i>Pan American Journal of Public Health</i> , p. 325 - 331, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313399345_Social_determinants_of_health_and_convergence_in_health_agendas_of_regional_agencies_in_South_America?enrichId=rgreq-3f1a432c1a9c54571d73de221655ff88-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdiOzMzM5OTMONTtBUzoxMTQzMTE4MTE5MDMxMTA0MkAxNjk1MzA3OTA2MDUw&el=1_x_2 . Acesso em: 30 ago. 2024.
7	OLIVEIRA, Celso Maran de; JUNIOR, Ozelito Possidônio de Amarante; FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; COLENCI, Pedro Luciano. Regulação das águas doces superficiais e subterrâneas na integração regional do MERCOSUL. <i>Rev. Ambient. Água</i> , v. 11, n. 2, p. 291 - 303, 2 fev. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301333125_Regulacao_das_aguas_doces_superficiais_e_subterraneas_na_integracao_regional_do_MERCOSUL . Acesso em: 30 ago. 2024.
8	MELLO SANT'ANNA, F.; VILLAR, P. C. Gobernanza de las aguas transfronterizas: fragilidades institucionales en América del Sur. <i>América Latina Hoy</i> , [S. l.], v. 69, p. 53-74, 2015. DOI: 10.14201/alh2015695374. Disponível em: https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/1130-2887/article/view/alh2015695374 . Acesso em: 30 ago. 2024.
9	APOLINÁRIO JÚNIOR, Laerte; JUKEMURA, Felipe; DAVIS, Anna Ferri. International development cooperation in the Amazon. <i>Nec-Revista de Estudos Contemporâneos</i> , [S.l.], v. 9, n. 1, p. 1-22, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/LM7WPVvk3CKXGcSPcpLdm8Pb/?lang=en . Acesso em: 30 ago. 2024.
10	MALCHER, A. S.; BECKER, I. M.; CLEMENTINO, C. S.; MENDES, A. S. F.; SOARES, M. E. C. Coletividades tradicionais da Amazônia: educação e políticas públicas para quilombolas e indígenas. <i>Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas</i> , v. 16, n. 2, p. 1-22, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/fgkhrW5FknxwXwcyL9JRnCx/?lang=en . Acesso em: 30 ago. 2024.
11	MARCOVITCH, Jacques; CUZZIOL PINSKY, Vanessa. Amazon Fund: financing deforestation avoidance. <i>RAUSP Management Journal</i> , [S.l.], v. 58, n. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rausp/a/SQ5tFWXtK5nDdJvSsQP9KXR/?lang=en . Acesso em: 30 ago. 2024.
12	PEIXOTO, Rodrigo. Pactos territoriais e agências locais de desenvolvimento: a apropriação destes instrumentos ao território do Baixo Tocantins. <i>Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas</i> , Belém, v. 19, n. 2, p. 235-250, jul./dez. 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/GhYWFKsdzvvMkxMZ4GrHmQK/?lang=pt . Acesso em: 30 ago. 2024.
13	SANTOS-MELO, Giane Zupellari; ANDRADE, Selma Regina de; ROCHA, Yone Almeida da; COSME, Keven de Oliveira; PEREIRA, Tânia Cristine Libório; MONTEIRO, Angela Xavier; RIBEIRO, Gláucia Maria de Araujo; PASSOS, Shirley Maria de Araújo. Importância e desafios da vigilância em saúde em uma região de fronteira internacional: um estudo de caso. <i>Saúde e Sociedade</i> , São Paulo, v. 33, n. 1, p. 1-15, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/vBFZx3qC789WhZQfr4PFPDj/?lang=pt . Acesso em: 30 ago. 2024.
14	HENRIQUES, Luiza Magalli Pinto; UNGAR, Mark; REBELO, George Henrique. A critical assessment of INPA's scientific cooperation based on publications from 2004 to 2014. <i>Amazonian Journal of Agricultural and Environmental Sciences</i> , [S.l.], v. 13, n. 2, p. 135-150, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aa/a/vgXrXmH9FkBKwQDDHF7NSKH/?lang=en . Acesso em: 30 ago. 2024.
15	CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico B. Estado educador: uma nova pedagogia da hegemonia nas reservas extrativistas. <i>Revista Katálysis</i> , Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 75-85, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/QTtXQZdwX464t3Dq5cMhQrG/?lang=pt . Acesso em: 30 ago. 2024.
16	DE ANTONI, Giorgio. O programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia. <i>Revista Brasileira de Política Internacional</i> , Brasília, v. 66, n. 1, p. 1-18, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/R4Vgx35KbWwbBSDkCy6vnjC/?lang=pt . Acesso em: 30 ago. 2024.
17	GAMA, William; VELHO, Léa. A cooperação científica internacional na Amazônia. <i>Estudos Amazônicos</i> , Manaus, v. 13, n. 2, p. 45-60, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/Z5Nz3KWBTyTGwdc8MqfvQgv/?lang=pt . Acesso em: 30 ago. 2024.

Quadro Resumo

NÚMERO	Período	Escopo geográfico	Objeto	Atores	Qual a perspectiva teórica usada?	Qual a metodologia?	Características da Cooperação	Tipo de cooperação	Direção da Cooperação
1	2007 - 2022	Amazônia brasileira	Inovações no contexto da bioeconomia dos Produtos Florestais Não Madeireiros (NTFPs) no Brasil	Empresas Estrangeira; Organizações de Desenvolvimento e Pesquisa; Produtores e Comunidades Locais; Cooperativas e Redes; Organizações Públicas e Privadas; Pesquisadores e Instituições de Pesquisa; Governo;	Perspectiva de Apoio/Promoção (necessária para o desenvolvimento da bioeconomia dos Produtos Florestais Não Madeireiros (NTFPs) no Brasil)	Quali - Quanti: baseada em uma revisão da literatura	A cooperação é vista como um meio fundamental para atingir os resultados esperados no que diz respeito à Parcerias entre Setores público-privado; foco na sustentabilidade; valorização da sociobiodiversidade; apoio a iniciativas locais; e promoção de inovações.	Inter institucionais	Norte-Sul
2	2012 - 2022	Amazônia brasileira - Estados Membros da UE	Acordos internacionais de proteção da Amazônia	Brasil, UE, Japão, Austrália, Mercosul, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (LNEP)	Perspectiva Crítica e de Apoio/Promoção (necessária para a preservação da Amazônia)	Qualitativa: Análise de acordos de cooperação	Acordos bilaterais, multilaterais, regionais e globais	Cooperação ambiental internacional	Norte-Sul
3	Não determinado	Amazônia brasileira (estados do Amazonas e do Pará)	Inclusão de populações locais (ribeirinhos) nas cadeias globais de valor do açaí	Agência de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (ADS)	Perspectiva crítica	Quali - Quanti: entrevistas, análise de dados de mercado, visitas de campo	A Cooperação Internacional aparece como pano de fundo, ou seja, como contexto que situa a inclusão das populações ribeirinhas nas cadeias globais de valor. O texto destaca os desafios enfrentados por essa parte da sociedade perante um forte processo de internacionalização do mercado do açaí.	Cadeia global de valor	Norte-Sul
4	1974 - 1994	Amazônia brasileira	Desenvolvimento industrial e o monitoramento ambiental na região da Amazônia brasileira,	Eletronorte, Hidrelétrica de Tucuruí, governo brasileiro, BM, BID	Perspectiva de Apoio/Promoção (necessária para a preservação da Amazônia)	Qualitativa: análise de imagens de satélite de alta resolução	A cooperação internacional para a proteção ambiental da Amazônia brasileira ocorre por meio do fortalecimento de programas por parte de órgãos internacionais e das Nações Unidas, visando avaliar as formas mais eficientes de monitorar o ambiente.	Cooperação técnica	Norte-Sul (instituições internacionais e Brasil)
5	2013 - 2023	Amazônia equatoriana	Iniciativa Yasuni: projeto proposto pelo governo do Equador em 2007, que visava preservar a biodiversidade da região do Parque Nacional Yasuni, uma das áreas mais ricas em biodiversidade do mundo, ao mesmo tempo em que buscava evitar a exploração de petróleo em uma parte significativa dessa área. A proposta era que a comunidade internacional contribuísse financeiramente para compensar a perda de receitas que o Equador teria ao não explorar as reservas de petróleo localizadas na região.	Corte eleitoral do Equador, "Yasunidos" (sociedade civil que apoia o projeto)	Perspectiva Crítica e de Apoio/Promoção	Qualitativa: estudo de caso	De forma assimétrica. A iniciativa citada não chegou a ocorrer, e o artigo explica isso ressaltando as dificuldades em países do Sul Global em por em prática a transição energética ("A transição energética em curso impõe desafios adicionais quando se pensa em descarbonizar o setor energético e a economia nacional em um país que tradicionalmente seguiu um caminho de desenvolvimento impulsionado pelos recursos naturais."). O Projeto era um esquema pioneiro de cooperação internacional que visa deixar cerca de um décimo das reservas de petróleo do país no chão em troca de uma compensação monetária internacional, que foi abandonada pelo governo equatoriano em 2013.	Cooperação ambiental internacional	Norte-Sul
6	2005 - 2008	América do Sul (Amazônia aparece quando se trata da OTCA)	Convergência de 3 agendas de saúde: Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS), do Conselho de Saúde da UNASUL e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)	OTCA, Conselho de Saúde da UNASUR, OPS, OMS, OCDE	Perspectiva de Apoio/Promoção	Qualitativa: análise comparativa das agendas de 3 instituições (OPS/OMS, Conselho de Saúde da UNASUL e OTCA)	A cooperação internacional é caracterizada pela colaboração entre países da América do Sul em áreas como saúde, desenvolvimento social e questões ambientais, promovendo a integração regional. Essa cooperação é influenciada por políticas externas dos Estados Membros e por interesses privados, como a comercialização de produtos de saúde. Além disso, busca fortalecer mecanismos de cooperação e ações programáticas articuladas, com ênfase nos determinantes sociais da saúde, utilizando marcos analíticos como a Declaração de Rio de 2011 para guiar as sinergias e prioridades estratégicas.	Cooperação inter-institucional	Sul-Sul
7	Não determinado	Países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) Bacia do Prata e a Bacia Amazônica	O objeto do texto é a regulação de recursos hídricos, tanto superficiais quanto subterrâneos, no contexto da integração regional do MERCOSUL.	Estados Membros do MERCOSUL	Abordagem do direito internacional e do direito da integração regional	Método hermenêutico, por meio do levantamento e análise das normas e tratados	A cooperação no contexto do MERCOSUL em relação aos recursos hídricos é caracterizada pela colaboração entre os Estados Partes para promover a gestão sustentável e integrada das águas, tanto superficiais quanto subterrâneas. Essa cooperação envolve a criação de acordos multilaterais, como o Tratado de Cooperação Amazônica e o Tratado da Bacia do Prata, que estabelecem diretrizes para a pesquisa, intercâmbio de informações e uso racional dos recursos hídricos. Além disso, busca-se a harmonização das legislações nacionais, a proteção do meio ambiente e a resolução de conflitos por meio de negociações diretas, visando garantir a preservação e o uso adequado desse recurso vital para as gerações presentes e futuras.	Cooperação técnica, cooperação ambiental	Sul-Sul
8	Final dos anos 1960 até 2014	Bacia Amazônica e Bacia do Prata	Fragilidades da governança das principais instituições da bacia Amazônica e do Prata	ABC, Unesco, ANA, UNCP, OTCA	Perspectiva crítica	Qualitativa: Análise de documentos e tratados	A cooperação ocorre por meio de acordos internacionais, projetos conjuntos, estudos técnicos e iniciativas promovidas por organizações internacionais. Essas ações visam promover o conhecimento sobre os recursos hídricos, fortalecer a cooperação entre os Estados e estabelecer processos de integração regional	Cooperação internacional ambiental	Sul-Sul
9	1987 - 2009	Amazônia brasileira	Investigar os projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento realizados na região amazônica nas últimas décadas, analisando os agentes envolvidos e os recursos mobilizados.	ABC, Países membros da OCDE, Organizações Internacionais, Agências da ONU; ONGs	Abordagem interdisciplinar que combina elementos da teoria das relações internacionais, desenvolvimento sustentável, cooperação internacional e políticas ambientais	Qualitativa: Levantamento bibliográfico	Projetos de Desenvolvimento; Parcerias Público-Privadas; Financiamento Internacional; Capacitação e Transferência de Conhecimento; Advocacy e Sensibilização;	Investimento Econômico; Cooperação técnica; cooperação ambiental; cooperação sul-sul	Norte-Sul Sul-Sul
10	1970 - 2000	Estados Unidos - Brasil	Legado do pesquisador da Universidade Federal da Flórida Charles Wagley	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), INPA, UFF	Perspectiva de apoio/promoção	Qualitativa: Análise documental	Por meio de acordos firmados com universidades da região amazônica ao longo da carreira do pesquisador e da promoção de eventos internacionais	Cooperação científica, apoio técnico	Norte-Sul
11	2008 - 2020	Amazônia brasileira	Fundo Amazônia (Iniciativa criada pelo Governo Federal do Brasil em 2008, gerida pelo BNDES. Seu principal objetivo é arrecadar e gerenciar recursos financeiros para reduzir o desmatamento na Amazônia e promover o desenvolvimento sustentável na região, beneficiando cerca de 30 milhões de habitantes. O fundo é financiado por doações voluntárias, principalmente de países desenvolvidos, e busca apoiar projetos que visem à conservação da floresta e à mitigação das emissões de gases de efeito estufa)	Noruega, Brasil, Alemanha, Fundo Amazônia	Análise da governança, gestão e impacto do Fundo Amazônia	Análise qualitativa: combinação de metodologias que incluem: pesquisa documental, entrevistas em profundidade e análise de discursos.	Investimento econômico com o fim de apoiar projetos que visem à conservação da floresta e à mitigação das emissões de gases de efeito estufa	Investimento econômico	Norte-Sul
12	Não determinado	Amazônia brasileira e Itália	Pacto territorial italiano (Città del Fare): forma de financiamento público que incentiva os atores locais a se reunirem em torno de uma mesa de negociação para decidir sobre iniciativas de desenvolvimento em seus territórios. A filosofia do pacto territorial envolve um impulso central que fornece financiamento para a fase de negociação, seguida pela aprovação pública das iniciativas e pelo co-financiamento das mesmas. O objetivo é promover a colaboração entre diferentes segmentos sociais do território, facilitando a troca de interesses e a construção de parcerias e fomentar um desenvolvimento mais participativo e integrado.	Città del Fare, Agência de Desenvolvimento da Amazônia, Center for International and Regional Cooperation for Local Economies (Circle), Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento a Jusante da Usina Hidroelétrica de Tucuruí (PPDJUS)	Perspectiva crítica	Análise qualitativa de documentos, dados demográficos e econômicos	Troca de experiências e conhecimentos	Possibilidade de cooperação internacional com a participação do Center for International and Regional Cooperation for Local Economies (Circle)	Triangular
13	2017-2018	Tríplice fronteira (Brasil, Colômbia, e Peru)	Vigilância sanitária em fronteira internacional	Gestores locais e os governos do Brasil, Colômbia e Peru	Perspectiva Crítica e de Apoio/Promoção de um sistema integrado de saúde entre regiões fronteiriças	Estudo de caso qualitativo único e explicativo qualitativo	A proposta é de que haja uma padronização da praxis sanitária nas regiões fronteiriças pelos desafios que isso pode causar para os governos. Assim como uma articulação dos governos para poder alinhar uma comunicação e articular políticas públicas que protejam a saúde da população de ambos os lados.	Cooperação sanitária, Cooperação de integração na comunicação	Sul-Sul
14	2004 a 2014	Amazônia brasileira, INPA	Cooperação científica institucional do INPA de 2004 a 2014	INPA e instituições parceiras	Perspectiva analítica quantitativa e numérica, com um teor crítico sobre os resultados	Quali-quantitativo: levantamento da produção científica do INPA	A cooperação acontece por meio da cooperação científica entre instituições do Brasil e estrangeiras com o INPA. A cooperação é assimétrica!	Cooperação científica	Norte-Sul
15	1995-1999	Amazônia brasileira	PPG-7 e o Projeto Resex (Reservas Estrativistas brasileiras)	Governo Brasileiro; Banco Mundial	Análise da pedagogia da hegemonia, com base nos conceitos de Gramsci e na relação entre Estado educador e a construção do consenso.	Qualitativa: análise de documentos e relatórios referentes à negociação e execução da primeira fase do Projeto Resex no período de 1995-1999	Por meio de acordos de doação do Fundo Fiduciário da Floresta Tropical e da Comissão das Comunidades Europeias, assinados entre o Brasil e o Banco Mundial em novembro de 1994. O Banco Mundial tornou-se o administrador dos fundos, e o governo brasileiro designou o Ministério do Meio Ambiente como responsável pela Coordenação do Programa Piloto, com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) como instância de execução.	Cooperação Financeira e Técnica	Norte-Sul
16	1940 até 2009	Amazônia brasileira	PPG-7 (iniciativa de cooperação internacional lançada em 1990 durante a Cimeira de Houston, envolvendo os sete países mais industrializados (G-7), os Países Baixos, o Banco Mundial e o Governo do Brasil. O programa tinha como objetivo conciliar o desenvolvimento econômico sustentável com a conservação das florestas tropicais, visando reduzir a taxa de desmatamento na Amazônia.)	Brasil, Países do G-7 (1990)	Teoria crítica	Qualitativa: Análise neogramsciana, principalmente elaborada por Robert W. Cox.	Por meio da adesão do Brasil à iniciativa internacional representada pelo Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). A entrada do Brasil nesse programa estava ligada à abertura do país ao sistema comercial global e à necessidade de captar a confiança do mercado após um período de crise econômica. A cooperação internacional foi vista como uma forma de responder a problemas considerados de escala planetária, como a proteção da biodiversidade na região amazônica.	Cooperação internacional multilateral; Cooperação Financeira e Técnica	Norte-Sul
17	1952-1998	Amazônia internacional com ênfase na amazonia brasileira	Cooperação científica internacional, especialmente INPA	INPA	Perspectiva Analítica Crítica	Qualitativa Análise e discussão das diversas visões existentes sobre a cooperação científica internacional no (INPA).	Ocorre de forma assimétrica, por meio de parcerias estabelecidas com pesquisadores e entidades estrangeiras, que são convidadas a participar de projetos sem uma avaliação prévia rigorosa e representativa por parte do instituto.	Cooperação internacional; cooperação	Norte-Sul

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é um conjunto de políticas, práticas e parcerias que têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental em escala global. Historicamente, a CID focava predominantemente em aspectos econômicos e sociais, como a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida nas regiões mais vulneráveis do mundo. No entanto, nas últimas décadas, o crescente debate sobre as crises ambientais globais — como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas — levou à incorporação de uma dimensão ambiental nas estratégias de cooperação internacional.

Essa integração da questão ambiental na CID reflete um entendimento de que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado através de abordagens que equilibrem as necessidades econômicas com a proteção do meio ambiente. De acordo com Lele (1991), o conceito de desenvolvimento sustentável enfatiza a interdependência entre o crescimento econômico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, propondo que nenhum desses pilares pode ser alcançado isoladamente.

Nesse sentido, a CID passou a incluir ações voltadas à preservação dos recursos naturais, à mitigação dos impactos das mudanças climáticas e ao apoio a práticas de desenvolvimento que sejam ecologicamente equilibradas especialmente a partir dos anos 1990, sob pressão de movimentos ambientalistas, organizações não-governamentais e eventos climáticos que evidenciaram a necessidade de uma abordagem mais integrada. Eventos internacionais importantes para tal mudança incluem a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92) realizada no Rio de Janeiro em 1992, que resultou na Agenda 21, e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, em 2002. Esses eventos destacaram a necessidade de integrar a sustentabilidade ambiental nas políticas de desenvolvimento e estabeleceram marcos para a incorporação da sustentabilidade na agenda da CID.

Mais recentemente, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela ONU em 2015 se configura como um marco que exemplifica essa integração da questão ambiental na CID. Os ODS não apenas abordam os desafios econômicos e sociais, mas também posicionam a sustentabilidade ambiental no centro das políticas de desenvolvimento internacional (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Com metas específicas relacionadas à proteção do

clima, à gestão sustentável dos recursos naturais e à preservação dos ecossistemas, os ODS fornecem um quadro normativo que orienta a CID para enfrentar as complexas interações entre o desenvolvimento humano e a sustentabilidade ambiental.

Ao incorporar essas questões, a CID torna-se uma ferramenta essencial para a promoção de um modelo de desenvolvimento que respeite os limites ecológicos do planeta, garantindo que as gerações futuras possam usufruir dos mesmos recursos e oportunidades que as gerações atuais (Escobar, 2003). Essa abordagem holística é crucial para o sucesso de iniciativas de desenvolvimento, pois reconhece que a saúde do meio ambiente está intrinsecamente ligada ao bem-estar econômico e social das populações.

A Amazônia brasileira, com sua vasta extensão de biodiversidade e riqueza natural, é um dos temas centrais nas discussões contemporâneas sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID). A importância da Amazônia vai além das fronteiras nacionais, sendo um foco de interesse tanto para estados membros da União Europeia quanto para diversos países da América do Sul, como os membros do Mercosul, que incluem Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A complexidade das relações que envolvem a Amazônia é evidenciada pela presença do bioma nas estratégias de cooperação tanto na Bacia do Prata quanto na Bacia Amazônica, destacando a necessidade de uma abordagem transnacional para sua gestão e preservação (Rodrigues, 2021).

Particularmente, os estados do Amazonas e do Pará têm se tornado epicentros das discussões sobre sustentabilidade e cooperação internacional. Essas regiões têm recebido atenção especial devido ao seu papel crítico na conservação da floresta amazônica e na manutenção dos serviços ecossistêmicos que ela proporciona. De acordo com Silva (2022), a colaboração entre o Brasil e países como os Estados Unidos tem se intensificado, com foco na proteção ambiental e no combate ao desmatamento, ressaltando o papel da Amazônia brasileira como uma prioridade na agenda internacional.

Além disso, a interação entre a Amazônia brasileira e países europeus, como a Itália, tem se mostrado relevante, especialmente em projetos de pesquisa científica e conservação. Instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) têm sido fundamentais nessa cooperação, promovendo o intercâmbio de conhecimento e tecnologias sustentáveis. A trílice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru é outro exemplo de como a CID se manifesta na

Amazônia, onde a coordenação entre esses países é crucial para a gestão de recursos naturais e para a segurança regional (Oliveira, 2019).

No contexto da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Amazônia é frequentemente mencionada em discussões que envolvem a América do Sul, especialmente no que diz respeito à gestão compartilhada dos recursos naturais. A OTCA serve como um fórum para discutir políticas que visem ao desenvolvimento sustentável da região, levando em consideração a diversidade de interesses dos países membros. Conforme aponta Souza (2020), a Amazônia internacional, com ênfase na parte brasileira, é um exemplo paradigmático de como a CID pode contribuir para a promoção de um modelo de desenvolvimento que equilibre crescimento econômico e preservação ambiental.

Portanto, a Amazônia brasileira, seja em interação com outras regiões da América do Sul, como a Bacia do Prata, ou em cooperação com nações distantes como os Estados Unidos e membros da União Europeia, exemplifica como a CID está presente e de diversas formas na região. Segundo Santos, (2018) essa cooperação, muitas vezes mediada por organizações internacionais como a OTCA, é essencial para enfrentar os desafios ambientais globais que a Amazônia representa, garantindo que sua biodiversidade e recursos naturais sejam preservados para as futuras gerações.

A crescente conscientização sobre as limitações dos recursos naturais e os impactos das mudanças climáticas têm pressionado os fóruns internacionais a repensar a noção de desenvolvimento. Segundo Escobar (1995), a inovação deve ser usada para encontrar um equilíbrio entre eficiência e sustentabilidade, reconhecendo que o desenvolvimento econômico sustentável só é possível se incorporarmos práticas que respeitem o meio ambiente e promovam a inclusão social. As cooperações internacionais, moldadas por essas agendas e conferências, continuam a ser uma força vital para a promoção de um futuro sustentável, onde a otimização não seja sinônimo de exploração, mas de responsabilidade coletiva e gestão consciente dos recursos.

Entretanto, a cooperação foi, muitas vezes, usada para impor um modelo de desenvolvimento do Norte para o Sul, ou ainda, usada como forma de garantir mecanismos de dependência. Embora a CID seja frequentemente vista como uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia, há uma perspectiva crítica que aponta para a natureza muitas vezes assimétrica dessas parcerias. Em muitos casos, as iniciativas de cooperação beneficiam desproporcionalmente os países do Norte global, que, ao oferecerem

apoio financeiro e tecnológico, muitas vezes impõem suas próprias agendas e interesses, em detrimento das necessidades e prioridades locais. Essa dinâmica pode resultar na exploração contínua dos recursos naturais da Amazônia, ao invés de sua preservação, e perpetuar dependências econômicas e políticas que favorecem as nações mais ricas, enquanto as comunidades locais e os países do Sul global permanecem em uma posição de subordinação (Santos, 2018).

3.1 PERÍODO E ESCOPO GEOGRÁFICO

As pesquisas encontradas demonstram que a maioria das produções (14, considerando que 3 textos não determinam o período), foram realizadas abarcando principalmente as últimas 3 décadas, isto é, dos anos 1990 a 2020. Entre os 17 textos escolhidos e analisados, contemplando este período, 14 discorrem sobre acontecimentos mais recentes, apesar de haver menções de marcos temporais que remontam a anos anteriores, a exemplo de artigo (texto 16) que aborda a descoberta do processo de vulcanização e, mais tarde, dos pneumáticos que fizeram montar rapidamente a demanda da *hevea brasiliensis*² na década de 1840 o que foi crucial para inserir o Brasil em um papel central no Mercado Internacional.

Outrossim, a criação do INPA em 1952 é citada no texto 17, como uma resposta do governo brasileiro à crescente pressão e interesse internacional sobre a importância da Amazônia, além de iniciativas que se intensificaram a partir da década de 1980, especialmente após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972 em que o conceito de desenvolvimento sustentável foi usado no relatório intitulado "**Nosso Futuro Comum**" (**Our Common Future**), publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como **Comissão Brundtland**. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987).

Os dados coletados na base de textos selecionados revelam um forte foco na Amazônia brasileira, que é mencionada diretamente em 16 textos. Dentro dessas menções, apenas um item (texto 3) especifica os estados do Amazonas e do Pará, destacando a importância dessas regiões na discussão sobre a Amazônia. Além disso, há uma ênfase particular na Amazônia brasileira em diversos contextos, como em cooperações internacionais com países membros da União

²A *Hévea brasiliensis* é uma espécie de planta da família Euphorbiaceae, conhecida popularmente como seringueira. Ela é nativa da região amazônica e desempenha um papel crucial na economia e ecologia dessa região.

Europeia, Estados Unidos, e Itália (textos 2, 9, 10, 11, 12 e 16), bem como em iniciativas de pesquisa científica como o INPA (textos 10, 14, e 17).

Outros países e regiões internacionais também são mencionados em relação à Amazônia. A Amazônia equatoriana é citada no texto 5, assim como a Amazônia internacional é citada em 6 textos (textos 5, 6, 7, 8, 13, 17), com ênfase na porção brasileira. A tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru é um exemplo de colaboração regional citada no texto 13. Além disso, a lista inclui referências aos países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) nos textos 2 e 7, destacando a importância das bacias hidrográficas, como a Bacia Amazônica e a Bacia do Prata, em discussões sobre cooperação regional na América do Sul.

3.2 OBJETOS E ATORES ENVOLVIDOS

O ator que figura mais vezes na amostragem é o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), mencionado em 3 textos (textos 10, 14, e 17), indicando sua presença constante nas discussões como uma importantíssima instituição no que tange a pesquisa amazônica. Outros principais atores incluem o Governo Brasileiro (textos 4, 13 e 15) e várias Organizações Internacionais e Agências da ONU (como UNEP, UNASUR, OMS, OCDE), que aparecem em 3 textos cada (textos 1, 2, 6, 8 e 9). O Brasil também é referenciado de forma direta em 3 textos (2, 11 e 16), e além disso, sua presença está implícita em muitos outros contextos. O MERCOSUL é citado em 2 textos (2 e 7), e atores como Eletronorte e Hidrelétrica de Tucuruí aparecem em, respectivamente, um texto (texto 4) e dois textos (textos 4 e 12). Dessa forma, o INPA se destaca como um ator central, com uma presença notável e consistente nas discussões dos textos selecionados para análise.

Inovações no contexto da bioeconomia dos Produtos Florestais Não Madeireiros (NTFPs) no Brasil, que podem ser vistas no texto 1, apoiadas por acordos internacionais, têm contribuído para a inclusão de populações locais, como os ribeirinhos, nas cadeias globais de valor do açaí (Afonso, 2022). Esse processo é facilitado por empresas estrangeiras, organizações de desenvolvimento e cooperativas locais, que se unem para promover práticas sustentáveis que geram renda e conservam os recursos naturais. No entanto, essa inclusão também levanta preocupações sobre a justiça social e a distribuição equitativa dos benefícios, uma vez que a cooperação internacional deve garantir que as comunidades não sejam exploradas, mas sim beneficiadas por essas iniciativas (Escobar, 1995).

A cooperação internacional, mesmo que de forma incipiente, também desempenha um papel no desenvolvimento industrial da Amazônia brasileira, particularmente no monitoramento ambiental necessário para mitigar os impactos negativos desse desenvolvimento. O envolvimento de atores como a Eletronorte, o governo brasileiro, o Banco Mundial e o BID (citados nos textos 4, 11, 13, 15 e 16) demonstra como parcerias internacionais podem apoiar a implementação de grandes projetos industriais, como a Hidrelétrica de Tucuruí, ao mesmo tempo em que garantem mecanismos de monitoramento ambiental robustos (Lucarelli, De Stefano, Napolitano, Murino, Vigliotti, 1994) (Peixoto, 2006). Essas relações ilustram o desafio de conciliar crescimento econômico com preservação ambiental, um tema recorrente nas relações internacionais, especialmente nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável (Lele, 1991).

Outro aspecto crítico explorado (no texto 5) é a Iniciativa Yasuní, no Equador, onde a proposta de preservar a biodiversidade do Parque Nacional Yasuní em troca de compensações financeiras internacionais exemplifica um novo modelo de governança ambiental (Alarcon, 2024). Apoiados por organizações internacionais e atores da sociedade civil, como os "Yasunidos", esses esforços mostram a importância de um engajamento global para a preservação de áreas ecologicamente sensíveis, mas com uma implementação que conta com a população local (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Além disso, a convergência de agendas de saúde envolvendo a OTCA, o Conselho de Saúde da UNASUL e a OPS/OMS evidencia como a cooperação regional pode fortalecer a governança em áreas críticas como a saúde pública, integrando questões ambientais em uma abordagem mais ampla de desenvolvimento sustentável (Souza, 2020).

A partir dos textos 7 e 8, é possível depreender que a regulação dos recursos hídricos e a governança das bacias amazônica e do Prata também são temas centrais, destacando as fragilidades institucionais que podem comprometer a eficácia das iniciativas de cooperação internacional. A interação entre os Estados membros do MERCOSUL e as instituições regionais, como a OTCA, demonstra a necessidade de fortalecer essas estruturas para garantir uma gestão eficaz e sustentável dos recursos naturais compartilhados (Rodrigues, 2021). Esses desafios ressaltam a importância de uma governança internacional robusta e bem coordenada para enfrentar as complexas questões que envolvem a Amazônia, um tema que continua a gerar debates significativos nas relações internacionais (Oliveira, Junior, Fiorillo, Colenci, 2016) (Mello Sant'anna, Villar, 2015).

3.3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLOGIAS

A lista apresenta predominantemente abordagens qualitativas, utilizadas em 13 textos. Essas abordagens incluem análise de documentos, estudo de caso, análise comparativa, análise de imagens de satélite, e levantamento bibliográfico. Apenas três textos (1, 3 e 14) utilizam abordagens mistas (quali-quantitativa), combinando revisão da literatura, entrevistas, análise de dados de mercado e visitas de campo. Não há textos que utilizam exclusivamente métodos quantitativos.

Os textos analisados variam desde abordagens críticas até a promoção e apoio de iniciativas de cooperação internacional. Por exemplo, a análise da bioeconomia dos Produtos Florestais Não Madeireiros (NTFPs) no Brasil, do texto 1, utiliza uma perspectiva de apoio/promoção, essencial para o desenvolvimento sustentável dessa economia, enquanto emprega uma metodologia quali-quantitativa baseada em revisão de literatura. Essa abordagem é fundamental para entender como as inovações podem ser impulsionadas por parcerias entre setores público-privado e como essas iniciativas podem valorizar a sociobiodiversidade da Amazônia.

Outro exemplo significativo é o estudo sobre a Iniciativa Yasuní no Equador, do texto 5: que adota uma perspectiva crítica ao avaliar os desafios enfrentados pelos países do Sul Global na transição energética e na preservação da biodiversidade. A metodologia qualitativa, baseada em estudos de caso, destaca as dificuldades em implementar políticas que protejam o meio ambiente sem comprometer o desenvolvimento econômico. O estudo revela como a falta de cooperação internacional eficaz pode levar ao fracasso de iniciativas ambientalmente sustentáveis, exacerbando a dependência econômica dos países em desenvolvimento de recursos naturais (Escobar, 1995).

As diferentes abordagens metodológicas e teóricas convergem para revelar as complexas relações entre atores locais e internacionais na Amazônia. A cooperação internacional, muitas vezes assimétrica, como no caso do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), é um tema recorrente nos textos (textos 10, 14, e 17). A análise quali-quantitativa e crítica do INPA aponta para a necessidade de uma reestruturação da cooperação científica internacional para reduzir a dependência de parceiros estrangeiros e aumentar a autonomia nacional na condução de pesquisas que afetam diretamente a Amazônia.

Além disso, a regulação de recursos hídricos no MERCOSUL e a governança da Bacia Amazônica e da Bacia do Prata são analisadas (nos textos 7 e 8) sob uma perspectiva de direito internacional, utilizando métodos hermenêuticos para analisar normas e tratados. Essas análises evidenciam a fragilidade institucional que dificulta a efetividade da cooperação internacional e a necessidade de políticas regionais mais integradas para a gestão sustentável dos recursos naturais (Rodrigues, 2021).

A cooperação internacional na Amazônia é frequentemente mediada por dinâmicas de poder entre o Norte e o Sul globais, refletindo as desigualdades estruturais que permeiam o sistema internacional. A dependência dos países amazônicos de tecnologias, financiamento e know-how do Norte Global expõe a vulnerabilidade desses países em negociações multilaterais, onde a agenda de desenvolvimento sustentável muitas vezes é subordinada a interesses econômicos globais (Sachs, 2015).

A assimetria observada nas parcerias científicas, como no caso do INPA, destaca a necessidade de uma maior equidade nas relações internacionais de cooperação, em que os países em desenvolvimento possam ter maior controle sobre suas agendas de pesquisa e desenvolvimento. Isso é crucial para garantir que os benefícios da cooperação internacional sejam distribuídos de forma mais justa e que as políticas implementadas realmente atendam aos interesses locais, promovendo um desenvolvimento sustentável inclusivo e equitativo (Acsehrad, 2004).

3.4 TIPOS, DIREÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS COOPERAÇÕES

As cooperações, em sua maioria, caracterizam-se por interações entre o Norte e o Sul globais, refletindo uma dinâmica de poder que influencia diretamente os resultados dessas parcerias. A direção Norte-Sul é predominante (citada em 11 textos, o que corresponde 64,7% do total), mas há também exemplos de cooperações Sul-Sul (5 citações, a saber: textos 6, 7, 8, 9 e 13) e triangulares (presente no texto 12), cada uma com implicações específicas para a sustentabilidade e a governança ambiental na Amazônia.

Como supracitado, uma das principais características observadas nas cooperações internacionais na Amazônia é a direção Norte-Sul, em que países desenvolvidos fornecem financiamento, tecnologia e expertise para projetos na região. Um exemplo claro é o Fundo

Amazônia, gerido pelo BNDES e financiado principalmente por doações de países como Noruega e Alemanha. Essa cooperação é essencial para apoiar iniciativas que visam reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia, mas também evidencia uma dependência significativa dos recursos do Norte Global (Rodrigues, 2021). A assimetria nessas relações, onde os países do Norte detêm o controle sobre o financiamento e as diretrizes, levanta questões sobre a soberania e o real impacto dessas políticas no longo prazo.

Outro exemplo de cooperação Norte-Sul é o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), que envolve os sete países mais industrializados (G-7), os Países Baixos, o Banco Mundial e o Governo do Brasil. O PPG-7 demonstra como essas cooperações, embora essenciais para captar recursos e tecnologia, podem estar alinhadas aos interesses dos países do Norte, que buscam consolidar sua influência global por meio de tais parcerias (Sachs, 2015). O texto sobre o PPG-7 destaca como essa cooperação internacional, apesar de ser multilateral, ainda reflete uma dinâmica de poder onde os países desenvolvidos impõem suas condições e moldam as políticas ambientais dos países em desenvolvimento (Escobar, 1995).

Por outro lado, as cooperações Sul-Sul, como a regulação de recursos hídricos no MERCOSUL e a governança da Bacia Amazônica e da Bacia do Prata (tratados nos textos 7 e 8), apresentam um modelo de parceria mais equitativo, onde países em desenvolvimento buscam soluções conjuntas para problemas regionais. Essas cooperações são caracterizadas por um foco em questões comuns e uma tentativa de superar as fragilidades institucionais através da colaboração entre pares (Acsehrad, 2004). No entanto, a falta de infraestrutura adequada e a fragilidade das instituições muitas vezes limitam o impacto dessas cooperações, resultando em uma eficácia menor comparada às cooperações Norte-Sul. A dificuldade em estabelecer uma política mercosulista forte no domínio das águas ilustra bem essas limitações.

A cooperação triangular, exemplificada pelo pacto territorial italiano (Città del Fare, citado no texto 12) e sua adaptação ao território do Baixo Tocantins na Amazônia, destaca a importância da troca de experiências e conhecimentos entre países de diferentes níveis de desenvolvimento. Essa forma de cooperação permite que países em desenvolvimento como o Brasil se beneficiem de práticas e políticas europeias, adaptando-as ao seu contexto local (Lele, 1991). A direção dessa cooperação é triangular, envolvendo o Brasil, a Itália e agências internacionais, e promove um desenvolvimento mais participativo e integrado. A política territorial europeia, incorporando princípios de coesão econômica e social, pode servir como um

modelo valioso para reduzir as desigualdades regionais na Amazônia, oferecendo uma alternativa às abordagens mais tradicionais de cooperação Norte-Sul.

Os resultados dessas diferentes formas de cooperação são variados, mas todos têm implicações significativas para as Relações Internacionais e para a governança da Amazônia. A cooperação Norte-Sul, embora eficaz na mobilização de recursos, levanta questões sobre independência e soberania. Um exemplo notório é o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7, mencionado nos textos 15 e 16), iniciado na década de 1990 com financiamento dos países do G7. Embora tenha gerado avanços significativos na conservação ambiental, o programa também suscitou críticas sobre a influência externa na formulação de políticas nacionais, comprometendo, em certa medida, a autonomia brasileira (Hochstetler e Keck, 2007).

Por outro lado, as cooperações Sul-Sul, apesar de seu potencial, enfrentam desafios estruturais que limitam sua eficácia. A parceria entre Brasil e países africanos para a troca de tecnologias agrícolas adaptadas às condições tropicais, por exemplo, enfrenta obstáculos como a falta de infraestrutura e financiamento contínuo, além das diferenças políticas e institucionais que dificultam a implementação das iniciativas (Leite, 2012).

As cooperações triangulares, por sua vez, oferecem uma promessa de inovação e adaptação local, mas ainda precisam ser ampliadas e sistematizadas para maximizar seus benefícios. O projeto Trilateral Cooperation Brazil-Germany-Ghana na área de desenvolvimento agrícola demonstra, embora não esteja dentro da literatura desta pesquisa, como a combinação de expertise e recursos pode promover práticas sustentáveis e inovadoras. No entanto, a falta de uma estrutura consolidada e de avaliações contínuas limita a escalabilidade e a replicabilidade desses projetos (Milhorange, 2018).

Essas características e direções das cooperações internacionais na Amazônia trazem à tona discussões fundamentais sobre o equilíbrio de poder, a sustentabilidade das iniciativas e a real capacidade dessas parcerias em promover um desenvolvimento que seja verdadeiramente inclusivo e sustentável. A crescente influência da China na região, através de investimentos em infraestrutura e exploração de recursos naturais, exemplifica como novas dinâmicas de poder estão moldando as práticas de cooperação e levantando preocupações sobre impactos ambientais e sociais (Bebbington et al., 2020).

O desafio para as Relações Internacionais reside em como construir parcerias mais equitativas, que respeitem a soberania dos países em desenvolvimento e que permitam uma maior autonomia na condução de suas políticas ambientais e de desenvolvimento. Há uma necessidade de equilíbrio entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

Por conseguinte, o que se pode depreender acerca dos resultados encontrados nesta pesquisa é que a cooperação internacional é vista como um meio fundamental para atingir resultados esperados em áreas como parcerias público-privadas, foco na sustentabilidade, valorização da sociobiodiversidade, apoio a iniciativas locais e promoção de inovações. Acordos bilaterais, multilaterais, regionais e globais são estabelecidos para facilitar essa colaboração, que situa a inclusão das populações ribeirinhas nas cadeias globais de valor. Exemplos históricos incluem a crescente internacionalização do mercado do açaí, que levanta desafios significativos para as populações locais. A cooperação internacional para a proteção ambiental da Amazônia brasileira também é vital, sendo fortalecida por programas de órgãos internacionais e das Nações Unidas para monitorar o meio ambiente de forma eficiente.

Fica claro, portanto, que a cooperação é caracterizada pela colaboração assimétrica entre países. No contexto do MERCOSUL, a gestão sustentável e integrada dos recursos hídricos, como evidenciado pelo Tratado de Cooperação Amazônica e o Tratado da Bacia do Prata (textos 7 e 8), destaca a necessidade de harmonização das legislações nacionais e proteção ambiental. Iniciativas como o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7, textos 15 e 16) exemplificam a cooperação internacional voltada para a conservação florestal e mitigação das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, a adesão do Brasil a este programa foi motivada pela abertura ao sistema comercial global e pela necessidade de captar a confiança do mercado após crises econômicas, refletindo a cooperação internacional como uma resposta a desafios globais como a proteção da biodiversidade amazônica.

Assim, é essencial que as políticas de cooperação internacional sejam orientadas por princípios de justiça ambiental e equidade, assegurando que as comunidades locais sejam protagonistas no processo de desenvolvimento e beneficiárias diretas das iniciativas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os textos analisados nesta pesquisa, é evidente que a cooperação internacional na região da Amazônia é predominantemente vista como um instrumento relevante

para alcançar objetivos específicos de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. A cooperação é reiteradamente abordada como um meio fundamental para promover a sustentabilidade, a preservação ambiental, a inclusão social e o desenvolvimento econômico, conforme observado em diferentes contextos e iniciativas descritas nos textos.

Ao todo, 8 textos, sendo eles os textos 1, 2, 4, 5, 6, 10 e 13 adotam uma perspectiva que reforça a instrumentalidade da cooperação internacional, destacando-a como um mecanismo necessário para a implementação eficaz de projetos que visam a conservação da biodiversidade, a mitigação dos impactos ambientais e a promoção de práticas econômicas sustentáveis. Por exemplo, na análise sobre a bioeconomia dos Produtos Florestais Não Madeireiros (NTFPs) no Brasil (texto 1), a cooperação é explicitamente apontada como crucial para a obtenção dos resultados almejados, com ênfase em parcerias interinstitucionais e na valorização da sociobiodiversidade.

Contudo, 64,7% dos artigos, o que representa 11 textos, a saber, os textos 2, 3, 5, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, apresentam perspectivas críticas que emergem na análise, em que a cooperação internacional é problematizada, seja pela sua assimetria ou pela falta de efetividade em considerar as realidades locais e os interesses das populações diretamente envolvidas. Essas críticas indicam a necessidade de uma reavaliação das dinâmicas de poder subjacentes aos acordos de cooperação, sugerindo que, em muitos casos, a cooperação, embora necessária, pode reproduzir desigualdades ou ser insuficiente para garantir o protagonismo das comunidades locais na definição e execução das políticas que as afetam.

Adicionalmente, fica claro a partir da literatura que é necessário criar alternativas ao *modus operandi* instrumental da cooperação, implementando uma abordagem mais inclusiva e equitativa, onde as comunidades amazônicas tenham um papel ativo e central nas decisões. Tais perspectivas defendem a cooperação não apenas como um meio para um fim, mas como uma oportunidade para promover a autonomia, a capacidade de autogestão e o desenvolvimento endógeno das regiões amazônicas.

Em suma, a análise dos textos revela que, enquanto a cooperação internacional é amplamente reconhecida como um meio relevante para alcançar metas socioambientais na Amazônia, é igualmente crucial que ela seja conduzida de maneira que respeite e integre as vozes e as necessidades das comunidades locais, evitando a reprodução de relações de poder desiguais e garantindo que os benefícios sejam equitativamente distribuídos.

Do ponto de vista teórico, a cooperação internacional é tratada a partir de uma perspectiva de apoio e promoção, que enfatiza sua importância como um elemento essencial para a sustentabilidade ambiental e a preservação ambiental na região. O primeiro texto do Quadro Resumo exemplifica essa abordagem, destacando as parcerias interinstitucionais como mecanismos fundamentais para a promoção de inovações e a valorização da sociobiodiversidade.

A perspectiva crítica emerge em contraponto, questionando as assimetrias de poder e os impactos negativos sobre as populações locais. Este enfoque crítico é evidente em estudos como o do texto 06, que problematiza a inclusão das populações ribeirinhas nas cadeias globais de valor, destacando os desafios enfrentados por essas comunidades diante de processos de internacionalização. Além disso, abordagens baseadas na teoria crítica são utilizadas para explorar as dinâmicas de poder e a influência das relações globais sobre as políticas locais, como exemplificado na análise neogramsciana presente no texto 16.

Metodologicamente, os autores adotaram uma diversidade de abordagens para investigar a cooperação internacional na Amazônia. As análises qualitativas predominam, com ênfase em estudos de caso, revisões de literatura e análises documentais, permitindo uma exploração detalhada das dinâmicas de cooperação e seus impactos. Textos como o de número 02 demonstram a eficácia desses métodos para compreender os processos de cooperação em contextos específicos.

Em contrapartida, as abordagens quali - quantitativas também desempenham um papel importante, especialmente na medição dos impactos da cooperação, como observado no estudo número 14, que utiliza levantamentos bibliométricos para avaliar a produção científica e a simetria nas parcerias internacionais. Adicionalmente, as análises comparativas são empregadas para examinar a convergência de agendas e o papel da cooperação interinstitucional, como evidenciado no texto 06.

De forma geral, embora os textos analisados abordem aspectos específicos e pontuais da cooperação internacional na região amazônica, é notável que nenhum autor apresenta de maneira sistemática, direcionada, clara e organizada, soluções práticas para os problemas levantados. Mesmo os textos que adotam uma perspectiva crítica em relação ao cenário de assimetrias e dependência não conseguem propor alternativas viáveis para mitigar as problemáticas identificadas. Essa lacuna na literatura se refere à falta de clareza na proposição de possíveis

planos de ação que possam enfrentar os obstáculos e superar os desafios impostos pela ordem mundial vigente.

A ausência de soluções práticas e organizadas nas análises críticas reflete uma limitação significativa na capacidade de transformação real das condições enfrentadas na Amazônia. Sem propostas concretas, a cooperação internacional permanece teórica e abstrata, sem fornecer ferramentas efetivas para a implementação de mudanças. É essencial que futuros estudos se concentrem não apenas na identificação dos problemas, mas também na elaboração de estratégias e planos de ação detalhados, que possam servir como guias para políticas e práticas mais eficazes, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável na região.

Em síntese, a diversidade de abordagens teóricas e metodológicas adotadas pelos autores evidencia a riqueza e a complexidade da cooperação internacional na Amazônia. Essas diferentes perspectivas não apenas enriquecem a compreensão do fenômeno, mas também fornecem subsídios importantes para a formulação de políticas que respeitem as particularidades locais e promovam uma cooperação mais equitativa e eficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Sandra Regina. **Innovation Perspectives for the Bioeconomy of Non-Timber Forest Products in Brazil**. *Forests*, v. 13, n. 12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/f13122046>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ALARCÓN, Pedro. **What next for supply-side policy in the south: emerging lessons from Ecuador's Yasuní initiative**. *Int Environ Agreements*, p. 75 - 90, 19 fev. 2024. DOI <https://doi.org/10.1007/s10784-024-09624-2>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10784-024-09624-2>. Acesso em: 30 ago. 2024.

APOLINÁRIO JÚNIOR, Laerte; JUKEMURA, Felipe; DAVIS, Anna Ferri. International development cooperation in the Amazon. **Nec-Revista de Estudos Contemporâneos**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/LM7WPV3CKXgCSPcpLdm8Pb/?lang=en>. Acesso em: 30 ago. 2024.

AXELROD, Robert. **The Evolution of Cooperation**. Basic Books, 1984.

BALDWIN, Richard E. **Economic Integration and Regional Cooperation**. *The World Economy*, v. 18, n. 4, p. 423-455, 1995.

BEBBINGTON, Anthony et al. Resource extraction and infrastructure threaten forest cover and community rights. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 117, n. 45, p. 27785-27790, 2020.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O MÉTODO DA REVISÃO INTEGRATIVA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. DOI: 10.21171/ges.v5i11.1220. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BROWN, K.; TOMPKINS, E. **Governing adaptation: The role of social capital**. In: Adger, W. N. (Ed.). *The Social Dimensions of Climate Change*. Cambridge University Press, 2017.

BULGARELLI, P. A Conferência Eco-92 e a Sustentabilidade Ambiental. **Revista Brasileira de Política Ambiental**, v. 5, n. 1, p. 55-68, 2017.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico B. Estado educador: uma nova pedagogia da hegemonia nas reservas extrativistas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 75-85, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/QTtXQZdwX464t3Dq5cMhQrG/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2024.

DE ANTONI, Giorgio. O programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 66, n. 1, p. 1-18, 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/R4Vgx35KbWwbBSDkCy6vnjC/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2024.

DÍAZ-BERMÚDEZ, Ximena Pamela; BUENO, Flavia; OTERO, Luis Francisco Sánchez; AUER, Annela Jean. Determinantes sociales de la salud y convergencias en agendas de salud de organismos regionales de América del Sur. **Pan American Journal of Public Health**, p. 325 - 331, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313399345_Social_determinants_of_health_and_convergence_in_health_agendas_of_regional_agencies_in_South_America?enrichId=rgreq-3f1a432c1a9c54571d73de221655ff88-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzMzMzM5OTM0NTtBUzo xMTQzMTI4MTE5MDMxMTA0MkAxNjk1MzA3OTA2MDUw&el=1_x_2. Acesso em: 30 ago. 2024.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FALKENMARK, M.; ROCKSTROM, J. **The New Blue Revolution: Transforming Water Management in the Third World**. Springer, 2006.

FARIA, Mônica Faria Baptista; FARIA, Asafe N. Moreira. **Environmental Sustainability Diplomacy: Transparency of Intentions and Trust for More Effective International Cooperation**. Curitiba: Unicuritiba, 2022. Acesso em: 30 ago. 2024.

GAMA, William; VELHO, Léa. **A cooperação científica internacional na Amazônia**. Estudos Amazônicos, Manaus, v. 13, n. 2, p. 45-60, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Z5Nz3KWBTyTGwdc8MqfvQgv/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. En: Extractivismo, política y sociedad. Quito: CAAP y CLAES, 2009.

HENRIQUES, Luiza Magalli Pinto; UNGAR, Mark; REBELO, George Henrique. **A critical assessment of INPA's scientific cooperation based on publications from 2004 to 2014**. Amazonian Journal of Agricultural and Environmental Sciences, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 135-150, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/vgXrxMh9FkBKwQDDHF7NSKH/?lang=en>. Acesso em: 30 ago. 2024.

HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret E. **Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society**. Durham: Duke University Press, 2007.

LEFF, E. **Sustentabilidade e Desenvolvimento: Uma Perspectiva Crítica**. Editora Vozes, 2001.

LEITE, Iara Costa. O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: uma comparação das estratégias e seus determinantes. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 55, n. spe, p. 167-184, 2012.

LELE, Sharachchandra M. Sustainable development: A critical review. **World Development**, 1991.

LUCARELLI, Francesco; DE STEFANO, Paolo; NAPOLITANO, Luigi G.; MURINO, Pasquale; VIGLIOTTI, Rosario. **Brazilian Amazonia: Industrial Environmental Monitoring. Environmental Management**, [S. l.], p. 597-404, 1 jul. 1994. Disponível em: <https://ui.adsabs.harvard.edu/abs/1994EnMan..18..597L/abstract>. Acesso em: 30 ago. 2024.

MALCHER, A. S.; BECKER, I. M.; CLEMENTINO, C. S.; MENDES, A. S. F.; SOARES, M. E. C. Coletividades tradicionais da Amazônia: educação e políticas públicas para quilombolas e indígenas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 16, n. 2, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/fgkhRW5FknxwXwcyL9JRnCx/?lang=en>. Acesso em: 30 ago. 2024.

MARCOVITCH, Jacques; CUZZIOL PINSKY, Vanessa. Amazon Fund: financing deforestation avoidance. **RAUSP Management Journal**, [S.l.], v. 58, n. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rausp/a/SQ5tFWXtK5nDdJvSsQP9KXR/?lang=en>. Acesso em: 30 ago. 2024.

MEARSHEIMER, John J. The Tragedy of Great Power Politics. **W.W. Norton & Company**, 2001.

MELLO SANT'ANNA, F.; VILLAR, P. C. Gobernanza de las aguas transfronterizas: fragilidades institucionales en América del Sur. **América Latina Hoy**, [S. l.], v. 69, p. 53-74, 2015. DOI: 10.14201/alh2015695374. Disponível em: <https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/1130-2887/article/view/alh2015695374>. Acesso em: 30 ago. 2024.

MILHORANCE, Carolina. Política externa e cooperação Sul-Sul: o caso do Brasil em África. *Lua Nova*, n. 104, p. 83-117, 2018.

MORGENTHAU, Hans J. Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace. **McGraw-Hill Education**, 2006.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: ONU, 1992. Disponível em: <https://www.un.org/pt>. Acesso em: 12 ago. 2024.

OECD. **Development Co-operation Report 2016: Our Shared Commitment**. OECD Publishing, 2016.

OLIVEIRA, Celso Maran de; JUNIOR, Ozelito Possidônio de Amarante; FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; COLENCI, Pedro Luciano. Regulação das águas doces superficiais e subterrâneas na integração regional do MERCOSUL. **Rev. Ambient. Água**, v. 11, n. 2, p. 291 - 303, 2 fev. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301333125_Regulacao_das_aguas_doces_superficiais_e_subterraneas_na_integracao_regional_do_MERCOSUL. Acesso em: 30 ago. 2024.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Cooperação Internacional e Sustentabilidade na Amazônia: Desafios e Oportunidades na Tríplice Fronteira*. Rio de Janeiro: **Editora FGV**, 2019.

PEGLER, Lee. Peasant inclusion in global value chains: economic upgrading but social downgrading in labour processes? **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 5, p. 929-956, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281317051_Peasant_inclusion_in_global_value_chains_economic_upgrading_but_social_downgrading_in_labour_processes. Acesso em: 30 ago. 2024.

PEIXOTO, Rodrigo. Pactos territoriais e agências locais de desenvolvimento: a apropriação destes instrumentos ao território do Baixo Tocantins. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, Belém, v. 19, n. 2, p. 235-250, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/GhYWFKsdzvvmKxMZ4GrHmQK/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PINDER, John. *The European Union: A Very Short Introduction*. **Oxford University Press**, 1998.

RODRIGUES, João Paulo. *Amazônia e Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas da Cooperação Internacional*. Brasília: **IPEA**, 2021.

SACHS, Jeffrey D. *The Age of Sustainable Development*. New York: **Columbia University Press**, 2015.

SANTOS-MELO, Giane Zupellari; ANDRADE, Selma Regina de; ROCHA, Yone Almeida da; COSME, Keven de Oliveira; PEREIRA, Tânia Cristine Libório; MONTEIRO, Angela Xavier; RIBEIRO, Glaucia Maria de Araujo; PASSOS, Shirley Maria de Araújo. Importância e desafios da vigilância em saúde em uma região de fronteira internacional: um estudo de caso. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/vBFZx3qC789WhZQfr4PFPDj/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SANTOS, M. Geopolítica e Sustentabilidade na Amazônia. **Revista Brasileira de Relações Internacionais**, v. 13, n. 1, p. 98-112, 2020.

SANTOS, Pedro. *Amazônia e Cooperação Internacional: A OTCA e os Desafios da Sustentabilidade Global*. Manaus: **Editora da UFAM**, 2018.

SCHELLING, Thomas C. *The Strategy of Conflict*. **Harvard University Press**, 1960.

SILVA, J. C.; SOUSA, M. A. Sociobiodiversidade e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. **Revista de Estudos Ambientais**, v. 11, n. 2, p. 123-145, 2015.

SILVA, L. F. *Cooperação Internacional e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios*. **Editora Universitária**, 2018.

SILVA, Ricardo. *Parcerias Internacionais para a Conservação da Amazônia: Brasil e Estados Unidos em Perspectiva*. São Paulo: **Editora UNESP**, 2022.

SOUZA, Carolina. *A OTCA e a Gestão Compartilhada da Amazônia: Desafios para a Cooperação Sul-Americana*. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2020.

UNCTAD. **World Investment Report 2014: Investing in the SDGs: An Action Plan**. United Nations Conference on Trade and Development, 2014.

WILLIAMS, J. R. Environmental Impacts and Regional Development in the Amazon. **Environmental Science & Policy**, v. 24, p. 1-10, 2021.

WORLD BANK. **Inclusive Green Growth: The Pathway to Sustainable Development**. The World Bank, 2012.

6. ANEXOS

<p>Regulation of surface and subterranean fresh water in the MERCOSUR regional integration</p>	<p>https://www.scribd.com/document/341119010/Regulation-of-surface-and-subterranean-fresh-water-in-the-MERCOSUR-regional-integration</p>	<p>This work discusses the regulatory standardization among countries that are party to MERCOSUR. This standardization forms the legal and institutional framework for maintaining important and strategic water resources, which require such regulation in order to be preserved and protected for present and future generations. Due to the lack of general legislation relating to MERCOSUR's water resources, it was necessary to study the main multilateral agreements among the MERCOSUR countries, such as the Amazon Cooperation Treaty and the River Plate Basin Treaty relating to surface water, and also the legal points included in a recent joint statement of the presidents of the Mercosur States regarding the Guarani Aquifer, which is an important resource for current and future generations of the MERCOSUR. The survey was developed using the hermeneutical method, based upon surveys and analysis of international legislation involving MERCOSUR member states, multilateral treaties relating to transboundary waters and groundwater zones and also including a search of bibliographic materials, books, journals, thematic maps, information and documents available on the Internet. The combination of the sparse legal rules covers most legal relationships between MERCOSUR member states relating to water. © 2016, Institute for Environmental Research in Hydrographic Basins (IPABH). All rights reserved.</p>	<p>Sim, o texto aborda a Amazônia. As informações sobre a Bacia Amazônica podem ser encontradas na página do documento fornecido. Sim, o texto aborda acordos, investimentos e cooperação internacionais. Essas informações podem ser encontradas nas páginas 5 e 10 do documento fornecido.</p>
<p>Transboundary water resources governance: Institutional fragilities in South America</p>	<p>https://www.scribd.com/document/341119010/Transboundary-water-resources-governance-Institutional-fragilities-in-South-America</p>	<p>Since the 1990s, the concept of governance rose to prominence in the literature regarding transboundary waters, as well as the international cooperation among riparian States. This article seeks to determine the fragilities in the governance of the major transboundary water resources in South America: the Amazon and La Plata River Basins. In spite of the current international agreements, including those regarding infrastructure development and supranational organizations, water governance presents fragilities related to institutional problems, lack of social participation and difficulties in structuring a common project of development. © Ediciones Universidad de Salamanca.</p>	<p>Sim, o texto aborda a Amazônia. Você pode encontrar informações sobre a gestão dos recursos hídricos na Bacia Amazônica nas páginas 13, 20 e 21 do documento fornecido. Sim, o texto aborda acordos, investimentos e cooperação internacionais. Você pode encontrar informações sobre esses temas nas páginas 1, 20 e 21 do documento fornecido.</p>
<p>INTERNATIONAL DEVELOPMENT COOPERATION IN THE AMAZON1</p>	<p>https://www.scribd.com/document/341119010/INTERNATIONAL-DEVELOPMENT-COOPERATION-IN-THE-AMAZON1</p>	<p>Este artigo apresenta um levantamento de projetos de desenvolvimento internacional para o Desenvolvimento realizados na Amazônia brasileira nas últimas décadas, incluindo agentes envolvidos e recursos mobilizados. Para tanto, foram consultadas informações disponibilizadas pela Agência Brasileira de Cooperação e pelos provedores internacionais. Os resultados apontam para um ecossistema complexo formado por atores interligados e interdependentes.</p>	<p>Sim, o texto aborda a Amazônia. A referência à Amazônia pode ser encontrada nas páginas 1, 2, 20 e 24 do documento. Sim, o texto aborda acordos, investimentos e cooperação internacionais. Esses temas são discutidos ao longo do documento, com destaque para a cooperação internacional em projetos de desenvolvimento na região amazônica. Você pode encontrar informações sobre esses assuntos em várias páginas, como nas páginas 1, 14, 20 e 24 do documento</p>
<p>Charles Wagley's legacy of Interdisciplinary Graduate Research and Training Programs at the University of Florida</p>	<p>https://www.scribd.com/document/341119010/Charles-Wagley-s-legacy-of-Interdisciplinary-Graduate-Research-and-Training-Programs-at-the-University-of-Florida</p>	<p>Quando Charles Wagley se mudou da Universidade de Columbia para a Universidade da Flórida (UF) em 1972, ele estabeleceu o Programa sobre a América do Sul Tropical. Com este programa, ele iniciou um legado duradouro, na UF, de interdisciplinaridade, pesquisa colaborativa e capacitação direcionadas aos problemas e às soluções para o desenvolvimento tropical, e de apoio para alunos enquanto futuros líderes. Envolvendo a pesquisa agrícola e outras disciplinas das ciências sociais, Wagley ajudou a fundar e dirigir o Programa de Pesquisa e Capacitação sobre a Amazônia (ARTP), e permaneceu na ativa mesmo após se aposentar, em 1983. O ARTP foi constituído a partir da estratégia de Wagley de apoiar projetos de pesquisa interdisciplinares e fomentar a colaboração com parceiros na América Latina, e envolveu os alunos, professores visitantes de disciplinas variadas, desenvolver novos cursos interdisciplinares e criar uma rede de especialistas em Amazônia em diversos países. A contribuição mais duradoura de Wagley foi o Programa de Conservação e Desenvolvimento Tropical (TCD), o qual cresceu a partir do ARTP para tornar-se um programa de pós-graduação interdisciplinar internacionalmente reconhecido, focado na interação entre a conservação da biodiversidade e o bem-estar humano no mundo tropical. Contando com a participação de mais de 100 professores de 27 unidades acadêmicas da UF, desde 1980, os programas ARTP e TCD já treinaram mais de 400 alunos de pós-graduação de 24 países.</p>	<p>Sim, o texto aborda a Amazônia. Essa temática é discutida nas páginas 1, 5 e 13 do documento fornecido. Sim, o texto aborda acordos, investimentos ou cooperação internacionais. Esses temas são discutidos nas páginas 3 e 11 do documento fornecido.</p>
<p>Amazon Fund: financing deforestation avoidance</p>	<p>https://www.scribd.com/document/341119010/Amazon-Fund-financing-deforestation-avoidance</p>	<p>O Fundo Amazônia, criado pelo Governo Federal em 2006, é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Trata-se de uma iniciativa pioneira de captação e gestão de recursos de doações voluntárias para reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável a 30 milhões de habitantes do bioma amazônico. O Fundo Amazônia já recebeu doações no valor de R\$ 1,7 bilhão (contra de USD 767 milhões). Na pesquisa exploratória aqui relatada, analisamos a governança e a gestão do Fundo Amazônia com foco em sua operação e na perspectiva dos seus stakeholders, utilizando uma combinação de metodologias que incluem: pesquisa documental, entrevistas em profundidade e análise de discursos. Apresenta-se, no estudo, uma análise comparativa das potencialidades e debilidades na gestão do Fundo Amazônia com relação à sua governança. Além de serem oferecidas recomendações para aprimorar a sua gestão, propõem-se medidas para elevar a sua eficiência no cumprimento de sua missão. Nesse artigo, incluímos, também, uma apreciação do governo da Noruega, principal doador do Fundo. A parceria do Brasil com os governos da Noruega e da Alemanha demonstraram a viabilidade política da gestão da cooperação internacional como meio de mitigar as emissões de gases de efeito estufa, via preservação da floresta tropical.</p>	<p>Sim, o texto aborda a Amazônia. A referência à Amazônia pode ser encontrada nas páginas 2, 4 e 11 do documento fornecido. Sim, o texto aborda acordos, investimentos e cooperação internacionais. Esses temas podem ser encontrados nas páginas 1, 10 e 11 do documento fornecido.</p>
<p>Pactos territoriais e agências locais de desenvolvimento: a apropriação destes instrumentos ao território do Baixo Tocantins</p>	<p>https://www.scribd.com/document/341119010/Pactos-territoriais-e-agencias-locais-de-desenvolvimento-a-apropriacao-destes-instrumentos-ao-territorio-do-baixo-tocantins</p>	<p>O desenvolvimento é, antes de tudo, político e exige mecanismos para a afirmação das vontades sociais. Tais mecanismos devem estar regulados por um corpo de normas criadas para confrontar interesses contritórios, negociar acordos, implementar ações e avaliar resultados, tudo conforme escalas espaciais diversas. O desenvolvimento fundado na deliberação social pede metodologias e técnicas, para cuja formulação os pactos territoriais e as agências locais de desenvolvimento podem proporcionar inspiração. Nos contextos da Amazônia, a aplicação das normas serve para impedir a viglência da lei da selva, onde poderes fortes subjugam populações e pequenos produtores. Além de colar abusos, as normas e metodologias servem também à promoção de processos virtuosos, no que tange ao emprego de novas tecnologias e ao incentivo de novas relações sociais e produtivas. O desenvolvimento e o seu planejamento é, pois, um problema de compatibilização de êticas políticas, normas técnicas e metodologias de intervenção social. Não existem prescrições universalmente válidas, mas certos princípios e instrumentos da política regional europeia podem inspirar novas práticas na Amazônia.</p>	<p>Sim, o texto aborda a Amazônia. A referência está na página . Sim, o texto aborda a possibilidade de cooperação internacional para o estabelecimento de uma agência de desenvolvimento na região. Essa referência está na página .</p>
<p>Capacidade de Inovação em Rede Interorganizacional na Amazônia Brasileira</p>	<p>https://www.scribd.com/document/341119010/Capacidade-de-Inovacao-em-Rede-Interorganizacional-na-Amazonia-Brasileira</p>	<p>O artigo analisa as capacidades de inovação em uma rede interorganizacional para o estabelecimento de negócios baseados em tecnologia aplicada à área de biodiversidade na Amazônia brasileira. Trata-se de um estudo de caso de uma rede de inovação para o desenvolvimento e comercialização de uma linha de produtos inovadores de um furo regional - o açaí (Euterpe oleracea) - no estado do Pará. A rede é formada por uma universidade pública, uma pequena empresa de base tecnológica que desenvolve produtos de alto valor agregado baseado na biodiversidade e uma organização que processamento e comercialização do açaí em mercados externos. O artigo aponta que a articulação em uma rede interorganizacional é capaz de expandir capacidades necessárias no processo de inovação que individualmente as organizações locais não foram capazes de desenvolver. No caso estudado, essa combinação de capacidades possibilitou a exploração de uma oportunidade tecnológica no âmbito de baixo produto de alto com a criação de uma linha de produtos compatíveis. Entretanto, limitações quanto à sustentabilidade da inovação são evidentes à efetiva apropriação econômica da linha de produtos pelas organizações inovadoras no formato interorganizacional.</p>	<p>Excluído pelo critério 1. Porém, quando colocado no Chat PDF, ele nos disse que: "O texto aborda a cooperação internacional no contexto de redes interorganizacionais para inovação na Amazônia brasileira. Ele destaca a importância das relações interorganizacionais baseadas em confiança, reputação e reciprocidade para o compartilhamento efetivo de conhecimento e riscos. Além disso, menciona a interação entre a universidade pública, pequenas empresas de base tecnológica e agronegócio regionais como parte de uma rede de inovação, evidenciando a colaboração entre diferentes atores para o desenvolvimento e comercialização de produtos inovadores. Essa colaboração entre organizações com diferentes capacidades tecnológicas e de inovação destaca a necessidade de cooperação internacional para superar desafios e explorar oportunidades de forma mais eficaz." E ainda "Pelo conteúdo do texto fornecido, não há menção explícita de cooperação internacional. A colaboração entre a universidade pública, pequenas empresas de base tecnológica e agronegócio regionais mencionada no texto parece ocorrer dentro do contexto regional da Amazônia brasileira, sem referência direta a parcerias ou colaborações internacionais. A ênfase está na formação de uma rede interorganizacional local para inovação na região". Pela pergunta de pesquisa, podemos dizer que ele aborda a cooperação internacional como solução para diversos problemas".</p>
<p>Importância e desafios da vigilância em saúde em uma região de fronteira internacional: um estudo de caso1</p>	<p>https://www.scribd.com/document/341119010/Importancia-e-desafios-da-vigilancia-em-saude-em-uma-regiao-de-fronteira-internacional-um-estudo-de-caso1</p>	<p>O objetivo deste artigo foi identificar os principais desafios da promoção da vigilância em saúde em uma região de triplíce fronteira da Amazônia Legal brasileira. Foi realizado um estudo de caso único, explorativo, com abordagem qualitativa, que utilizou dados documentais e entrevistas. Os resultados demonstram que a vigilância em saúde é fundamental para o controle de doenças na região. Além disso, se diferenciam os sistemas de saúde dos três países que compõem a triplíce fronteira (Brasil, Colômbia e Peru) se mostraram o principal desafio para o estabelecimento de políticas sanitárias.</p>	<p>Sim, o texto aborda a região da Amazônia. Essa referência é encontrada na página do documento fornecido. Sim, o texto aborda a cooperação internacional. Essa referência é encontrada na página do documento fornecido.</p>
<p>A critical assessment of INPA's scientific cooperation based on publications from 2004 to 2014</p>	<p>https://www.scribd.com/document/341119010/A-critical-assessment-of-INPA-s-scientific-cooperation-based-on-publications-from-2004-to-2014</p>	<p>Na década de 1990, a cooperação científica no Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA), uma das instituições de pesquisa mais antigas da Amazônia e que concentra grande parte da cooperação internacional regional, foi dominada por pesquisas realizadas pelos parceiros estrangeiros do INPA. Neste artigo, a evolução desta situação é analisada, com a hipótese de que, à medida que os ambientes interno e externo mudaram ao longo da última década, isso deve refletir-se em uma cooperação científica mais simétrica. A análise baseou-se em um levantamento da produção científica do INPA na Web of Science de 2004 a 2014, em que foram recuperados 786 documentos. Os resultados indicaram um aumento na produção científica, mas sem um aumento correspondente na simetria da cooperação. O nível de simetria variou de acordo com o tipo de cooperação: aumentou quando estavam envolvidas exclusivamente instituições brasileiras, embora esses artigos tenham sido publicados em revistas com baixo fator de impacto. No entanto, as relações científicas permaneceram relativamente assimétricas quando apenas instituições estrangeiras estavam envolvidas, embora esses trabalhos tenham sido publicados em revistas com fatores de impacto mais altos. As análises de rede indicaram que a maior parte da cooperação científica internacional se concentrou em apenas dois departamentos de pesquisa do INPA, Biodiversidade e Dinâmica Ambiental. Em contraste, os outros dois departamentos de pesquisa do INPA, Tecnologia & Inovação e Sociedade, Ambiente & Saúde foram periféricos, fragmentados e pouco se beneficiaram da cooperação internacional.</p>	<p>Sim, o texto aborda a Amazônia. Essa referência pode ser encontrada na página. Sim, o texto aborda a cooperação internacional. Essa informação pode ser encontrada na página .</p>
<p>Estado educador: uma nova pedagogia de hegemonia nas reservas extrativistas</p>	<p>https://www.scribd.com/document/341119010/Estado-educador-uma-nova-pedagogia-de-hegemonia-nas-reservas-extrativistas</p>	<p>Este artigo analisa o papel desempenhado por um projeto de cooperação internacional (Projeto Resex) na implementação das Reservas Extrativistas na década de 1990. Através da análise dos documentos e relatórios referentes à negociação e execução da primeira fase do Projeto Resex, no período de 1995-1996, demonstra-se a contradição dos princípios contidos nos sujeitos coletivos que organizam as Reservas Extrativistas e aqueles produzidos, transmitidos e difundidos através do Projeto Resex. Discute-se a presença do Estado, em uma pedagogia da hegemonia, operando na desmontagem das concepções idealizadas pelos sujeitos coletivos, nas décadas de 1970-1980, e utilizando, para isso, o Projeto Resex como um espaço pedagógico privilegiado.</p>	<p>Sim, o texto aborda a Amazônia. Essa referência pode ser encontrada na página do documento fornecido. Sim, o texto aborda acordos, investimentos ou cooperação internacionais. Essa referência pode ser encontrada na página do documento fornecido.</p>
<p>O programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia</p>	<p>https://www.scribd.com/document/341119010/O-programa-piloto-para-protecao-das-florestas-tropicais-do-brasil-ppg-7-e-a-globalizacao-da-amazonia</p>	<p>O PPG-7 desenvolvido desde 1994 até 2009 adquiriu um significado especial pelo fato de marcar a implementação da estratégia de integração da Amazônia sob o signo da globalização. A própria oferta do G-7 e a aceitação do governo brasileiro da época visavam a integrar a iniciativa dentro do novo cenário internacional, dando início ao processo de mercantilização atual da Amazônia.</p>	<p>Sim, o texto aborda a Amazônia. A referência à Amazônia pode ser encontrada nas páginas 1, 3, 12 e 17 do documento. Sim, o texto aborda acordos, investimentos e cooperação internacionais. Esses temas podem ser encontrados nas páginas 1, 3, 7, 9, 11, 12 e 17 do documento.</p>
<p>A cooperação científica internacional na Amazônia</p>	<p>https://www.scribd.com/document/341119010/A-cooperacao-cientifica-internacional-na-amazonia</p>	<p>Apesar dos seus cinquenta anos, foi somente na última década que começaram a vir a público diversos trabalhos abordando questões específicas que, direta ou indiretamente, tratam da cooperação científica internacional do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) dos Institutos de pesquisa governamentais mais antigos do Brasil, fundado em 1954. São dissertações, teses, artigos, monografias, pesquisas de opinião, avaliações, estudos, relatórios de comissões criadas pelo MCT e planos institucionais. De uma forma geral, esses trabalhos são bastante críticos, os resultados apontados, recorrentes, e as soluções propostas nunca implementadas. Este artigo é parte da busca de comprovação da hipótese de que a política de cooperação científica internacional na Amazônia sofreu uma inflexão com a edição do Dec. 98.630/99 e da Portaria do MCT que o regulamentou (Portaria 559/99), editada no último dia do governo Sarney (1985-1990).</p>	<p>Sim, o texto aborda a Amazônia. Essa informação pode ser encontrada na página. Sim, o texto aborda a cooperação internacional. Essa informação pode ser encontrada nas páginas 1, 2, 5, 13, 20,</p>

ANEXO B - Quadro Resumo

NÚMERO	Período	Escopo geográfico	Objeto	Atores	Qual a perspectiva teórica usada?	Qual a metodologia?	Características da Cooperação	Tipo de cooperação	Direção da Cooperação
1	2007 - 2022	Amazônia brasileira	Inovações no contexto da bioeconomia dos Produtos Florestais Não Madeireiros (NTFPs) no Brasil	Empresas Estrangeira; Organizações de Desenvolvimento e Pesquisa; Produtores e Comunidades Locais; Cooperativas e Redes; Organizações Públicas e Privadas; Pesquisadores e Instituições de Pesquisa; Governo;	Perspectiva de Apoio/Promoção (necessária para o desenvolvimento da bioeconomia dos Produtos Florestais Não Madeireiros (NTFPs) no Brasil)	Quali - Quanti: baseada em uma revisão da literatura	A cooperação é vista como um meio fundamental para atingir os resultados esperados no que diz respeito à Parcerias entre Setores público-privado; foco na sustentabilidade; valorização da sociobiodiversidade; apoio a iniciativas locais; e promoção de inovações.	Inter institucionais	Norte-Sul
2	2012 - 2022	Amazônia brasileira - Estados Membros da UE	Acordos internacionais de proteção da Amazônia	Brasil, UE, Japão, Austrália, Mercosul, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (LNEP)	Perspectiva Crítica e de Apoio/Promoção (necessária para a preservação da Amazônia)	Qualitativa: Análise de acordos de cooperação	Acordos bilaterais, multilaterais, regionais e globais	Cooperação ambiental internacional	Norte-Sul
3	Não determinado	Amazônia brasileira (estados do Amazonas e do Pará)	Inclusão de populações locais (ribeirinhos) nas cadeias globais de valor do açaí	Agência de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (ADS)	Perspectiva crítica	Quali - Quanti: entrevistas, análise de dados de mercado, visitas de campo	A Cooperação Internacional aparece como pano de fundo, ou seja, como contexto que situa a inclusão das populações ribeirinhas nas cadeias globais de valor. O texto destaca os desafios enfrentados por essa parte da sociedade perante um forte processo de internacionalização do mercado do açaí.	Cadeia global de valor	Norte-Sul
4	1974 - 1994	Amazônia brasileira	Desenvolvimento industrial e o monitoramento ambiental na região da Amazônia brasileira,	Eletronorte, Hidrelétrica de Tucuruí, governo brasileiro, BM, BID	Perspectiva de Apoio/Promoção (necessária para a preservação da Amazônia)	Qualitativa: análise de imagens de satélite de alta resolução	A cooperação internacional para a proteção ambiental da Amazônia brasileira ocorre por meio do fortalecimento de programas por parte de órgãos internacionais e das Nações Unidas, visando avaliar as formas mais eficientes de monitorar o ambiente.	Cooperação técnica	Norte-Sul (instituições internacionais e Brasil)
5	2013 - 2023	Amazônia equatoriana	Iniciativa Yasuni: projeto proposto pelo governo do Equador em 2007, que visava preservar a biodiversidade da região do Parque Nacional Yasuni, uma das áreas mais ricas em biodiversidade do mundo, ao mesmo tempo em que buscava evitar a exploração de petróleo em uma parte significativa dessa área. A proposta era que a comunidade internacional contribuísse financeiramente para compensar a perda de receitas que o Equador teria ao não explorar as reservas de petróleo localizadas na região.	Corte eleitoral do Equador, "Yasunidos" (sociedade civil que apoia o projeto)	Perspectiva Crítica e de Apoio/Promoção	Qualitativa: estudo de caso	De forma assimétrica. A iniciativa citada não chegou a ocorrer, e o artigo explica isso ressaltando as dificuldades em países do Sul Global em por em prática a transição energética ("A transição energética em curso impõe desafios adicionais quando se pensa em descarbonizar o setor energético e a economia nacional em um país que tradicionalmente seguiu um caminho de desenvolvimento impulsionado pelos recursos naturais."). O Projeto era um esquema pioneiro de cooperação internacional que visa deixar cerca de um décimo das reservas de petróleo do país no chão em troca de uma compensação monetária internacional, que foi abandonada pelo governo equatoriano em 2013.	Cooperação ambiental internacional	Norte-Sul
6	2005 - 2008	América do Sul (Amazônia aparece quando se trata da OTCA)	Convergência de 3 agendas de saúde: Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS), do Conselho de Saúde da UNASUL e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)	OTCA, Conselho de Saúde da UNASUR, OPS, OMS, OCDE	Perspectiva de Apoio/Promoção	Qualitativa: análise comparativa das agendas de 3 instituições (OPS/OMS, Conselho de Saúde da UNASUL e OTCA)	A cooperação internacional é caracterizada pela colaboração entre países da América do Sul em áreas como saúde, desenvolvimento social e questões ambientais, promovendo a integração regional. Essa cooperação é influenciada por políticas externas dos Estados Membros e por interesses privados, como a comercialização de produtos de saúde. Além disso, busca fortalecer mecanismos de cooperação e ações programáticas articuladas, com ênfase nos determinantes sociais da saúde, utilizando marcos analíticos como a Declaração de Rio de 2011 para guiar as sinergias e prioridades estratégicas.	Cooperação inter-institucional	Sul-Sul
7	Não determinado	Países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) Bacia do Prata e a Bacia Amazônica	O objeto do texto é a regulação de recursos hídricos, tanto superficiais quanto subterrâneos, no contexto da integração regional do MERCOSUL.	Estados Membros do MERCOSUL	Abordagem do direito internacional e do direito da integração regional	Método hermenêutico, por meio do levantamento e análise das normas e tratados	A cooperação no contexto do MERCOSUL, em relação aos recursos hídricos é caracterizada pela colaboração entre os Estados Partes para promover a gestão sustentável e integrada das águas, tanto superficiais quanto subterrâneas. Essa cooperação envolve a criação de acordos multilaterais, como o Tratado de Cooperação Amazônica e o Tratado da Bacia do Prata, que estabelecem diretrizes para a pesquisa, intercâmbio de informações e uso racional dos recursos hídricos. Além disso, busca-se a harmonização das legislações nacionais, a proteção do meio ambiente e a resolução de conflitos por meio de negociações diretas, visando garantir a preservação e o uso adequado desse recurso vital para as gerações presentes e futuras.	Cooperação técnica, cooperação ambiental	Sul-Sul
8	Final dos anos 1960 até 2014	Bacia Amazônica e Bacia do Prata	Fragilidades da governança das principais instituições da bacia Amazônica e do Prata	ABC, Unesco, ANA, UNCP, OTCA	Perspectiva crítica	Qualitativa: Análise de documentos e tratados	A cooperação ocorre por meio de acordos internacionais, projetos conjuntos, estudos técnicos e iniciativas promovidas por organizações internacionais. Essas ações visam promover o conhecimento sobre os recursos hídricos, fortalecer a integração entre os Estados e estabelecer processos de integração regional	Cooperação internacional ambiental	Sul-Sul
9	1987 - 2009	Amazônia brasileira	Investigar os projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento realizados na região amazônica nas últimas décadas, analisando os agentes envolvidos e os recursos mobilizados.	ABC, Países membros da OCDE, Organizações Internacionais, Agências da ONU; ONGs	Abordagem interdisciplinar que combina elementos da teoria das relações internacionais, desenvolvimento sustentável, cooperação internacional e políticas ambientais	Qualitativa: Levantamento bibliográfico	Projetos de Desenvolvimento; Parcerias Público-Privadas; Financiamento Internacional; Capacitação e Transferência de Conhecimento; Advocacy e Sensibilização;	Investimento Econômico; Cooperação técnica; cooperação ambiental; cooperação sul-sul	Norte-Sul Sul-Sul
10	1970 - 2000	Estados Unidos - Brasil	Legado do pesquisador da Universidade Federal da Flórida Charles Wagley	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), INPA, UFF	Perspectiva de apoio/promoção	Qualitativa: Análise documental	Por meio de acordos firmados com universidades da região amazônica ao longo da carreira do pesquisador e da promoção de eventos internacionais	Cooperação científica, apoio técnico	Norte-Sul
11	2008 - 2020	Amazônia brasileira	Fundo Amazônia (Iniciativa criada pelo Governo Federal do Brasil em 2008, gerida pelo BNDES. Seu principal objetivo é arrecadar e gerenciar recursos financeiros para reduzir o desmatamento na Amazônia e promover o desenvolvimento sustentável na região, beneficiando cerca de 30 milhões de habitantes. O fundo é financiado por doações voluntárias, principalmente de países desenvolvidos, e busca apoiar projetos que visem à conservação da floresta e à mitigação das emissões de gases de efeito estufa)	Noruega, Brasil, Alemanha, Fundo Amazônia	Análise da governança, gestão e impacto do Fundo Amazônia	Análise qualitativa: combinação de metodologias que incluem: pesquisa documental, entrevistas em profundidade e análise de discursos.	Investimento econômico com o fim de apoiar projetos que visem à conservação da floresta e à mitigação das emissões de gases de efeito estufa	Investimento econômico	Norte-Sul
12	Não determinado	Amazônia brasileira e Itália	Pacto territorial italiano (Città del Fare): forma de financiamento público que incentiva os atores locais a se reunirem em torno de uma mesa de negociação para decidir sobre iniciativas de desenvolvimento em seus territórios. A filosofia do pacto territorial envolve um impulso central que fornece financiamento para a fase de negociação, seguida pela aprovação pública das iniciativas e pelo co-financiamento das mesmas. O objetivo é promover a colaboração entre diferentes segmentos sociais do território, facilitando a troca de interesses e a construção de parcerias e fomentar um desenvolvimento mais participativo e integrado.	Città del Fare, Agência de Desenvolvimento da Amazônia, Center for International and Regional Cooperation for Local Economies (Circle), Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento a Jusante da Usina Hidroelétrica de Tucuruí (PPDJUS)	Perspectiva crítica	Análise qualitativa de documentos, dados demográficos e econômicos	Troca de experiências e conhecimentos	Possibilidade de cooperação internacional com a participação do Center for International and Regional Cooperation for Local Economies (Circle)	Triangular
13	2017-2018	Tríplice fronteira (Brasil, Colômbia, e Peru)	Vigilância sanitária em fronteira internacional	Gestores locais e os governos do Brasil, Colômbia e Peru	Perspectiva Crítica e de Apoio/Promoção de um sistema integrado de saúde entre regiões fronteiriças	Estudo de caso qualitativo único e explicativo qualitativo	A proposta é de que haja uma padronização da praxis sanitária nas regiões fronteiriças pelos desafios que isso pode causar para os governos. Assim como uma articulação dos governos para poder alinhar uma comunicação e articular políticas públicas que protejam a saúde da população de ambos os lados.	Cooperação sanitária, Cooperação de integração na comunicação	Sul-Sul
14	2004 a 2014	Amazônia brasileira, INPA	Cooperação científica institucional do INPA de 2004 a 2014	INPA e instituições parceiras	Perspectiva analítica quantitativa e numérica, com um teor crítico sobre os resultados	Quali-quantitativo: levantamento da produção científica do INPA	A cooperação acontece por meio da cooperação científica entre instituições do Brasil e estrangeiras com o INPA. A cooperação é assimétrica!	Cooperação científica	Norte-Sul
15	1995-1999	Amazônia brasileira	PPG-7 e o Projeto Resex (Reservas Estratísticas Brasileiras)	Governo Brasileiro; Banco Mundial	Análise da pedagogia da hegemonia, com base nos conceitos de Gramsci e na relação entre Estado educador e a construção do consenso.	Qualitativa: análise de documentos e relatórios referentes à negociação e execução da primeira fase do Projeto Resex no período de 1995-1999	Por meio de acordos de doação do Fundo Fiduciário da Floresta Tropical e da Comissão das Comunidades Europeias, assinados entre o Brasil e o Banco Mundial em novembro de 1994. O Banco Mundial tornou-se o administrador dos fundos, e o governo brasileiro designou o Ministério do Meio Ambiente como responsável pela Coordenação do Programa Piloto, com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) como instância de execução.	Cooperação Financeira e Técnica	Norte-Sul
16	1940 até 2009	Amazônia brasileira	PPG-7 (iniciativa de cooperação internacional lançada em 1990 durante a Cimeira de Houston, envolvendo os sete países mais industrializados (G-7), os Países Baixos, o Banco Mundial e o Governo do Brasil. O programa tinha como objetivo conciliar o desenvolvimento econômico sustentável com a conservação das florestas tropicais, visando reduzir a taxa de desmatamento na Amazônia.)	Brasil, Países do G-7 (1990)	Teoria crítica	Qualitativa: Análise neogramsciana, principalmente elaborada por Robert W. Cox.	Por meio da adesão do Brasil à iniciativa internacional representada pelo Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). A entrada do Brasil nesse programa estava ligada à abertura do país ao sistema comercial global e à necessidade de captar a confiança do mercado após um período de crise econômica. A cooperação internacional foi vista como uma forma de responder a problemas considerados de escala planetária, como a proteção da biodiversidade na região amazônica.	Cooperação internacional multilateral; Cooperação Financeira e Técnica	Norte-Sul
17	1952-1998	Amazônia internacional com ênfase na amazonia brasileira	Cooperação científica internacional, especialmente INPA	INPA	Perspectiva Analítica Crítica	Qualitativa Análise e discussão das diversas visões existentes sobre a cooperação científica internacional no (INPA).	Ocorre de forma assimétrica, por meio de parcerias estabelecidas com pesquisadores e entidades estrangeiras, que são convidadas a participar de projetos sem uma avaliação prévia rigorosa e representativa por parte do instituto.	Cooperação internacional; cooperação	Norte-Sul

ANEXO C - Referências bibliográficas da base de dados

1	AFONSO, Sandra Regina. Innovation Perspectives for the Bioeconomy of Non-Timber Forest Products in Brazil. <i>Forests</i> , v. 13, n. 12, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3390/f13122046 . Acesso em: 30 ago. 2024.
2	FARIA, Mônica Faria Baptista; FARIA, Asafe N. Moreira. Environmental Sustainability Diplomacy: Transparency of Intentions and Trust for More Effective International Cooperation. Curitiba: Unicritiba, 2022. Acesso em: 30 ago. 2024.
3	PEGLER, Lee. Peasant inclusion in global value chains: economic upgrading but social downgrading in labour processes? <i>The Journal of Peasant Studies</i> , v. 42, n. 5, p. 929-956, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281317051_Peasant_inclusion_in_global_value_chains_economic_upgrading_but_social_downgrading_in_labour_processes . Acesso em: 30 ago. 2024.
4	LUCARELLI, Francesco; DE STEFANO, Paolo; NAPOLITANO, Luigi G.; MURINO, Pasquale; VIGLIOTTI, Rosario. Brazilian Amazonia: Industrial Environmental Monitoring. <i>Environmental Management</i> , [S. l.], p. 597404, 1 jul. 1994. Disponível em: https://ui.adsabs.harvard.edu/abs/1994EnMan..18..597L/abstract . Acesso em: 30 ago. 2024.
5	ALARCÓN, Pedro. What next for supply-side policy in the south: emerging lessons from Ecuador's Yasuní initiative. <i>Int Environ Agreements</i> , [S. l.], p. 75 - 90, 19 fev. 2024. DOI https://doi.org/10.1007/s10784-024-09624-2 . Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10784-024-09624-2 . Acesso em: 30 ago. 2024.
6	DÍAZ-BERMÚDEZ, Ximena Pamela; BUENO, Flavia; OTERO, Luis Francisco Sánchez; AUER, Annela Jean. Determinantes sociales de la salud y convergencias en agendas de salud de organismos regionales de América del Sur. <i>Pan American Journal of Public Health</i> , p. 325 - 331, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313399345_Social_determinants_of_health_and_convergence_in_health_agendas_of_regional_agencies_in_South_America?enrichId=rgreq-3f1a432c1a9c54571d73de221655ff88-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdiOzMzM5OTMONTtBUzoxMTQzMTE4MTE5MDMxMTA0MkAxNjk1MzA3OTA2MDUw&el=1_x_2 . Acesso em: 30 ago. 2024.
7	OLIVEIRA, Celso Maranhão de; JUNIOR, Ozelito Possidônio de Amarante; FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; COLENCI, Pedro Luciano. Regulação das águas doces superficiais e subterrâneas na integração regional do MERCOSUL. <i>Rev. Ambient. Água</i> , v. 11, n. 2, p. 291 - 303, 2 fev. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301333125_Regulacao_das_aguas_doces_superficiais_e_subterraneas_na_integracao_regional_do_MERCOSUL . Acesso em: 30 ago. 2024.
8	MELLO SANT'ANNA, F.; VILLAR, P. C. Gobernanza de las aguas transfronterizas: fragilidades institucionales en América del Sur. <i>América Latina Hoy</i> , [S. l.], v. 69, p. 53-74, 2015. DOI: 10.14201/alh2015695374. Disponível em: https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/1130-2887/article/view/alh2015695374 . Acesso em: 30 ago. 2024.
9	APOLINÁRIO JÚNIOR, Laerte; JUKEMURA, Felipe; DAVIS, Anna Ferri. International development cooperation in the Amazon. <i>Nec-Revista de Estudos Contemporâneos</i> , [S.l.], v. 9, n. 1, p. 1-22, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/LM7WPVvk3CKXgCSPcpLdm8Pb/?lang=en . Acesso em: 30 ago. 2024.
10	MALCHER, A. S.; BECKER, I. M.; CLEMENTINO, C. S.; MENDES, A. S. F.; SOARES, M. E. C. Coletividades tradicionais da Amazônia: educação e políticas públicas para quilombolas e indígenas. <i>Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas</i> , v. 16, n. 2, p. 1-22, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/fgkhrW5FknxwXwcyL9JRnCx/?lang=en . Acesso em: 30 ago. 2024.
11	MARCOVITCH, Jacques; CUZZIOL PINSKY, Vanessa. Amazon Fund: financing deforestation avoidance. <i>RAUSP Management Journal</i> , [S.l.], v. 58, n. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rausp/a/SQ5tFWXtK5nDdJvSsQP9KXR/?lang=en . Acesso em: 30 ago. 2024.
12	PEIXOTO, Rodrigo. Pactos territoriais e agências locais de desenvolvimento: a apropriação destes instrumentos ao território do Baixo Tocantins. <i>Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas</i> , Belém, v. 19, n. 2, p. 235-250, jul./dez. 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/GhYWFKsdzvvMkxMZ4GrHmQK/?lang=pt . Acesso em: 30 ago. 2024.
13	SANTOS-MELO, Giane Zupellari; ANDRADE, Selma Regina de; ROCHA, Yone Almeida da; COSME, Keven de Oliveira; PEREIRA, Tânia Cristine Libório; MONTEIRO, Angela Xavier; RIBEIRO, Gláucia Maria de Araujo; PASSOS, Shirley Maria de Araújo. Importância e desafios da vigilância em saúde em uma região de fronteira internacional: um estudo de caso. <i>Saúde e Sociedade</i> , São Paulo, v. 33, n. 1, p. 1-15, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/vBFZx3qC789WhZQfr4PFPDj/?lang=pt . Acesso em: 30 ago. 2024.
14	HENRIQUES, Luiza Magalli Pinto; UNGAR, Mark; REBELO, George Henrique. A critical assessment of INPA's scientific cooperation based on publications from 2004 to 2014. <i>Amazonian Journal of Agricultural and Environmental Sciences</i> , [S.l.], v. 13, n. 2, p. 135-150, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aa/a/vgXrXmH9FkBKwQDDHF7NSKH/?lang=en . Acesso em: 30 ago. 2024.
15	CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico B. Estado educador: uma nova pedagogia da hegemonia nas reservas extrativistas. <i>Revista Katálysis</i> , Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 75-85, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/QTtXQZdwX464t3Dq5cMhQrG/?lang=pt . Acesso em: 30 ago. 2024.
16	DE ANTONI, Giorgio. O programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia. <i>Revista Brasileira de Política Internacional</i> , Brasília, v. 66, n. 1, p. 1-18, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/R4Vgx35KbWwbBSDkCy6vnjC/?lang=pt . Acesso em: 30 ago. 2024.
17	GAMA, William; VELHO, Léa. A cooperação científica internacional na Amazônia. <i>Estudos Amazônicos</i> , Manaus, v. 13, n. 2, p. 45-60, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/Z5Nz3KWBTyTGwdc8MqfvQgv/?lang=pt . Acesso em: 30 ago. 2024.